



Relatório de Atividades 2017

Instituto Superior de Ciências Policiais
e Segurança Interna



Relatório de Atividades 2017

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Ficha técnica

Título | Relatório de Atividades ISCPSI – 2017

Promotor

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Autoria

Núcleo de Avaliação e Qualidade

Técnico Superior António Valente

Técnica Superior Teresa Salomão

Contributos

Unidades orgânicas do ISCPSI

Data | 22 de março de 2018

Siglas e abreviaturas

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
ADESPOL	Adaptação ao Ensino Superior Policial
AEPC	Associação Europeia dos Colégios de Polícia
ALF	Área de Logística e Finanças
ARH	Área de Recursos Humanos
BSC	<i>Balanced ScoreCard</i>
CAE	Comissão de Avaliação Externa
CAL	Corpo de Alunos
CCDP	Curso de Comando e Direção Policial
CDEP	Curso de Direção e Estratégia Policial
CDI	Centro de Documentação e Informação
CEF	Ciclo de Estudo em Funcionamento
CEPAC	Comissão Externa Permanente de Aconselhamento Científico
CEPOL	Academia Europeia de Polícia
CFOP	Curso de Formação de Oficiais de Polícia
CMCP	Curso de Mestrado em Ciências Policiais
CMICP	Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais
CS/11	Comissão Setorial para a Educação e Formação
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DCI	Departamentos Científicos de Investigação
DE	Direção de Ensino
DGF	Departamento de Gestão Financeira
DN PSP	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
DSA	Direção dos Serviços de Administração
EA	Equipa de Autoavaliação
EFUS	<i>European Forum for Urban Security</i>
EL	Exercícios de Liderança
EJMP	<i>European Joint Master Programme – Policing In Europe</i>
ESP	Escola Superior de Polícia
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FRONTEX	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
GAP	Gabinete de Apoio Psicopedagógico
GD	Gabinete do Diretor
GEF	Gabinete de Educação Física
GT2	Grupo de Trabalho para a Qualidade do Ensino Superior
IBERPOL	Escola Ibero-Americana de Polícia
ICPOL	Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
IES	Instituição de Ensino Superior
INTERPA	<i>International Association of Police Academies</i>

ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
I & D	Investigação e Desenvolvimento
LATINDEX	Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
LTP	Laboratório Tecnológico Policial
MAI	Ministério da Administração Interna
MCP	Mestrado em Ciências Policiais
MICP	Mestrado Integrado em Ciências Policiais
MP	Manual de Procedimentos
NAQ	Núcleo de Avaliação e Qualidade
NDD	Núcleo de Deontologia e Disciplina
NGF	Núcleo de Gestão Financeira
NRE	Núcleo de Relações Exteriores
NRH	Núcleo de Recursos Humanos
NSIC	Núcleo de Sistemas de Informação e Comunicações
OE	Orçamento de Estado
PAIL	Planeamento das Atividades de Interrupção Letiva
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PE ISCPSI	Plano Estratégico do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
PM	Plano de Melhorias
PSP	Polícia de Segurança Pública
Q-ISCPSI	Qualidade no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
RAIDES	Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto ao Público
REBIDES	Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior
RGAD	Regime Geral de Avaliação do Desempenho
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
RS	Responsabilidade Social
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SIC	Sistemas de Informação e Comunicações
SIGQ	Sistema Interno de Garantia da Qualidade
SIREC	Sistema Integrado de Receita
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
SSPSP	Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIF	Trabalho Individual Final
UEP	Unidade Especial de Polícia
UE	União Europeia

Índice Geral

Índice Geral	5
Índice de Tabelas	7
Índice de Gráficos	7
Índice de Figuras	8
PREFÁCIO	9
I - NOTA INTRODUTÓRIA	11
II. BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL	14
1. Missão, visão e valores	15
2. Análise dos <i>Stakeholders</i>	18
3. Análise <i>SWOT</i>	20
4. Opções, eixos e objetivos estratégicos.....	21
4.1. Opções e eixos estratégicos	21
4.2. Mapa estratégico – <i>Balanced ScoreCard</i>	23
5. Estrutura organizacional.....	25
6. Efemérides	27
III – AUTOAVALIAÇÃO - OBJETIVOS, ATIVIDADES, RECURSOS E RESULTADOS	28
1. Atividades de ensino, investigação científica e internacionalização e respetivos resultados.....	28
1.1. Ensino Superior Universitário [DE]	28
1.1.1. Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais.....	28
1.1.2. Curso de Mestrado em Ciências Policiais	32
1.2. Formação ao longo da vida/Cursos de promoção, especialização e aperfeiçoamento	33
1.2.1. Curso de promoção – Curso de Direção e Estratégia Policial	33
1.3. Investigação Científica [ICPOL]	34
1.3.1. Projetos e linhas de investigação & desenvolvimento.....	35
1.3.2. Projetos e linhas de investigação enquadrados no Laboratório de Grandes	37
Eventos	37
1.4. Publicações Científicas [ICPOL]	37
1.5. Internacionalização - Cooperação Internacional [DE, ICPOL e NRE]	38
1.5.1. Países de língua oficial portuguesa.....	39
1.5.2. Academia Europeia de Polícia.....	39
1.5.3. Associação Europeia dos Colégios de Polícia	40
1.5.4. Parcerias/protocolos e atividades formativas com outras entidades	41
internacionais	41
1.5.5. Cooperação com instituições universitárias internacionais	41
2. Atividades de apoio ao ensino, à investigação científica e à internacionalização e	42
respetivos resultados	42
2.1. Direção de Ensino [DE]	42
2.1.1. Promoção de tecnologias de informação e comunicação - Plataforma <i>e-learning</i>	44
.....	44
2.2. Centro de Investigação [ICPOL].....	45
2.2.1 Departamentos Científicos de Investigação	45

2.2.2 Centro de Documentação e Informação.....	46
2.3. Corpo de Alunos [CAL]	47
2.4. Direção dos Serviços de Administração [DSA]	52
2.4.1. Área de Recursos Humanos [ARH]	52
2.4.2. Área de Logística e Finanças [ALF]	53
2.5. Gabinete do Diretor [GD].....	56
2.6. Núcleo de Deontologia e Disciplina [NDD].....	57
2.7. Núcleo de Relações Exteriores [NRE]	58
2.8. Núcleo de Avaliação e Qualidade [NAQ]	58
3. Resultados dos objetivos e indicadores operacionais delineados para o Instituto - 2017.....	61
4. Recursos.....	69
4.1. Recursos Humanos	69
4.2. Recursos Financeiros	71
5. Avaliação externa	72
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
ANEXOS	78
ANEXO I – Relatório de Atividades do ICPOL- Centro de Investigação 2017.....	78

Índice de Tabelas

Tabela 1 Missão, visão e valores e alinhamento dos eixos estratégicos do ISCPSI com os da PSP [2017 - 2020].....	22
Tabela 2 Calendarização das cerimónias para 2017	27
Tabela 3 Cadetes-alunos do CMICP - ano letivo 2016-17 (VA)	29
Tabela 4 Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade, género e ano de frequência - ano letivo 2016-17 (VA)	29
Tabela 5 Cadetes-alunos do CMICP - ano letivo 2017-18 (VA)	29
Tabela 6 Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade, género e ano de frequência - ano letivo 2017-18 (VA)	30
Tabela 7 Distribuição dos Mestrandos do IX CMCP, por nacionalidade, género e especialização - ano letivo 2017-18 (2.º ano curricular) (VA).....	32
Tabela 8 Distribuição dos Mestrandos do X CMCP, por nacionalidade, género e especialização - ano letivo 2017-18 (1.º ano curricular) (VA).....	33
Tabela 9 Projetos de I&D referentes à investigação	36
Tabela 10 Áreas temáticas das atividades de apoio da DE – 2017	42
Tabela 11 Biblioteca - Visitas, requisições, pesquisas e aquisições 2017.....	47
Tabela 12 Processos de sanidade, disciplinar e administrativos - 2017.....	58
Tabela 13 Alinhamento dos objetivos, indicadores e metas com os eixos estratégicos do ISCPSI e taxas de execução – 2017	62
Tabela 14 Número de docentes, por categoria e ciclos de estudo – 2017-18.....	69
Tabela 15 Número de funcionários não docentes, por categoria e serviço - 2017.....	70
Tabela 16 Execução orçamental – 2013/2017	72

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por ano de frequência - ano letivo 2017-18 (%)	30
Gráfico 2 Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade - ano letivo 2017-18 (%)	31
Gráfico 3 Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade e género - ano letivo 2017-18 (%)	31
Gráfico 4 Grau de cumprimento dos objetivos operacionais do ISCPSI – 2017 (%).....	68
Gráfico 5 Representatividade das carreiras profissionais no universo dos recursos humanos do ISCPSI - 2017	70

Índice de Figuras

Figura 1 <i>Stakeholders</i> do ISCP SI.....	19
Figura 2 Análise <i>SWOT</i>	20
Figura 3 Eixos estratégicos do ISCP SI para 2017-2020	23
Figura 4 Mapa estratégico do ISCP SI: relação causa-efeito entre os objetivos estratégicos 2017.....	24
Figura 5 BSC como processo contínuo de criação de valor	25
Figura 6 Organograma do ISCP SI.....	26

PREFÁCIO

No âmbito do ciclo anual de gestão dos serviços da Administração Pública, e de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, cada serviço público executa a sua autoavaliação relativa ao ano pretérito, no quadro do ciclo de gestão anual por objetivos das organizações públicas.

Por sua vez, e nos termos do corpo do art.º 159.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, as Instituições de Ensino Superior aprovam e publicam o relatório anual das suas atividades.

Neste sentido, nos termos da legislação vigente e, sobretudo, por um imperativo ético de prestação de contas à comunidade, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna apresenta o seu Relatório Anual de Atividades, adentro do qual se integra o do seu Centro de Investigação -ICPOL, o qual, face aos objetivos traçados e atividades previstas no seu Plano de Atividades para o ano findo, descreve, de modo sucinto, as atividades relevantes realizadas e os resultados alcançados em 2017, bem como os recursos humanos, financeiros e logísticos mobilizados para a prossecução dessas atividades, não apenas dos objetivos e atividades inerentes a um estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Policial, mas também os decorrentes de ser uma unidade orgânica autónoma da Polícia de Segurança Pública.

O presente documento, além de retratar, de forma sumária, a natureza, a missão, a visão, os valores, a estrutura organizacional, os *stakeholders* e as opções, os eixos e os objetivos estratégicos deste Instituto, contempla um conjunto de elementos que realçam o papel essencial e único que o ISCPSI representa ao nível do ensino superior e da produção científica nas áreas das ciências policiais e da segurança interna.

Paralelamente, e de forma integrada com a estratégia que este Instituto tem prosseguido, tem-se vindo a desenvolver um conjunto de processos e procedimentos, que, de acordo com o quadro normativo da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, promovem e garantem a qualidade deste Instituto e dos seus ciclos de estudo, caminhando-se no sentido de um efetivo Sistema Interno de Garantia da Qualidade, assente em metodologias, procedimentos, mecanismos e instrumentos de avaliação que potenciem um processo de melhoria contínua.

Neste âmbito, em 2017, e sempre num ciclo de melhoria contínua, desenvolveram-se novos instrumentos de gestão e de avaliação pedagógica, bem como se deu continuidade à implementação do projeto da Qualidade no ISCPSI, sendo certo que, em 2018, e na sequência das visitas da Comissão de Avaliação Externa, realizadas em 2017, se concluirá,

assim se espera, o processo de avaliação e acreditação dos ciclos de estudo em funcionamento neste Instituto, bem como o processo de avaliação institucional, por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Neste Relatório, descrevem-se também as (i) atividades de apoio e suporte ao ensino, à investigação científica e à internacionalização desenvolvidas neste Instituto e - tendo por base a análise de concretização dos objetivos e indicadores monitorizados ao longo do ano - a (ii) taxa de execução do Plano de Atividades do ISCPSI para 2017.

Nesta breve análise, é de referir ainda, por um lado, as restrições de ordem financeira e, por outro, o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos profissionais que aqui laboram, sendo certo que se afigura central a aposta na qualificação e rejuvenescimento dos recursos humanos, mormente em áreas específicas de maior complexidade técnica, assistindo-se a um envelhecimento crítico dos colaboradores que exercem funções nos serviços de apoio e suporte (logístico, etc.) ao ensino. Estes, a par de outros fatores, têm potenciado um desenvolvimento integrado e dinâmico do Instituto e, logo, a qualidade do seu desempenho, mas há que adotar medidas, mormente ao nível do recrutamento de recursos humanos qualificados e jovens.

Num devir próximo, há que continuar a consolidar indicadores de gestão de apoio à decisão e fomentadores da qualidade, como valor a preservar por este Instituto e por toda a equipa de colaboradores.

E, assim, em 2017, cumpriram-se, não todos, mas a maior parte dos objetivos institucionais, em prol da missão do ISCPSI e da PSP.

Lisboa e ISCPSI, 22 de março de 2018
O Diretor

Abílio Pinto Vieira
Superintendente-Chefe

I – NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCP SI) é um estabelecimento de ensino superior público universitário policial, que, embora integrado na orgânica da Polícia de Segurança Pública (PSP), tem personalidade jurídica e está dotado de autonomia pedagógica, científica, cultural, administrativa, patrimonial e disciplinar, concretizada no seu presente Estatuto (Decreto-Lei n.º 275/2009, de 02 de outubro).

O ISCP SI, doravante designado por Instituto, sucedeu à Escola Superior de Polícia (ESP) (idealizada em 1979 e criada pela República em 1982) e tem vindo a expandir o seu quadro de atribuições. Se, na sua *genesis*, era objetivo primordial “*A necessidade de constituir um corpo de oficiais com formação específica destinado a integrar e comandar a Polícia de Segurança Pública (...)*”¹, hoje, o quadro de atribuições legais foi amplificado numa dupla dimensão: a interna e a externa.

Internamente, além de continuar a garantir a exigente formação inicial, de progressão e de especialização aos oficiais de polícia ao longo da sua carreira profissional, passou também a disponibilizar o conhecimento à sociedade civil em matéria de segurança, mediante a realização de mestrados não integrados em ciências policiais – nas especializações de Segurança Interna, Gestão da Segurança, Criminologia e Investigação Criminal – e de múltiplos cursos avançados nos mais diversos domínios da segurança. Desta forma, o Instituto tem vindo a reforçar a capacidade de interagir com uma pluralidade de atores, privados ou públicos (administração central, regional ou local), com responsabilidades na coprodução de segurança.

O ensino superior público universitário policial registou, desde a sua criação, uma profunda evolução, designadamente o seu ciclo de estudos em Ciências Policiais e nas suas estruturas de suporte académico, a par do desenvolvimento de uma produção científica revelante, acompanhando a reforma do sistema de ensino superior universitário português, na sequência da adoção do Processo de Bolonha, em 1999. Hoje em dia, o ingresso na carreira de oficial de polícia na PSP faz-se com a habilitação mínima do grau de mestre, após a conclusão do Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP).

Tendo em conta as suas especificidades próprias, a formação na PSP desdobra-se em formação inicial, quer de oficiais, quer de agentes, e em formação de progressão ou

¹ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 275/2009 de 2 de Outubro.

promoção, bem como na formação de especialização e aperfeiçoamento profissionais. Nesse registo, a formação policial integra a formação inicial de oficiais de polícia, a qual não se limita apenas à transmissão de saberes, de técnicas e de boas práticas e visa, também, a interiorização dos valores institucionais de serviço à República e de defesa dos direitos dos cidadãos e da legalidade democrática. Assim, a formação inicial dos oficiais de polícia requer o desenvolvimento de diversas competências e capacidades, nomeadamente as de comando de operações policiais complexas, de grandes eventos, e a gestão proficiente dos recursos humanos e materiais disponíveis, num domínio essencial da soberania do Estado democrático e de afirmação da cidadania, ou seja, a formação de oficial de polícia é para uma carreira e não só para o exercício de uma profissão.

Naturalmente, o ensino superior público universitário policial possui especificidades próprias, decorrentes quer do tipo de formação ministrada, que abrange, inclusivamente, a área comportamental, quer da compaginação com a missão policial e as necessidades da PSP, convergindo no demais com o ensino superior público universitário. Assim sendo, o ensino superior público universitário policial foca-se, em concreto, não só numa formação científica de qualidade, mas também no permanente desenvolvimento de uma educação ética e deontológica sólida e numa preparação física e técnico-policial exigente.

Na ótica externa, o Instituto continua empenhado em contribuir e valorizar a importante dimensão de cooperação portuguesa no mundo, a qual assenta em três pilares estratégicos: integração europeia, relação transatlântica e espaço lusófono. Neste domínio, destacamos o nosso envolvimento na formação de quadros superiores das forças de segurança dos países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (contributo nacional para a reforma do setor da segurança) e, mais recentemente, o reconhecimento unânime dos parceiros europeus ao depositarem no Instituto a responsabilidade de coordenar o *European Joint Master Programme – Policing In Europe (EJMP)*.

Merece igual destaque o progressivo empenho do Instituto junto da sociedade civil, partilhando conhecimentos e saberes e, desta forma, contribuindo para a construção de um pensar e agir únicos na área da segurança interna em Portugal.

Este é, pois, o contexto em que se enquadram as atividades desenvolvidas pelo Instituto.

O presente documento, descreve, seguidamente, as atividades realizadas ao longo do ano transato e enquadra-se no ciclo de gestão anual do Instituto, relativo a 2017.

Encontra-se organizado e estruturado, da seguinte forma:

- Prefácio;

- Nota introdutória;
- Breve análise conjuntural;
- Autoavaliação - Objetivos, atividades, recursos e resultados;
- Considerações finais.

Contempla, além de informação enquadradora da missão deste estabelecimento de ensino superior universitário policial, um conjunto de dados relativos às atividades desenvolvidas pelos diversos serviços do Instituto ao longo de 2017, bem como informação relativa aos resultados dos objetivos operacionais e respetivos indicadores traçados para 2017, os quais contribuem para a execução do (i) Plano de Atividades do Instituto para 2017 (PA ISCPSI 2017)² e do (ii) Plano Estratégico definido para o Instituto para o quadriénio 2017-2020 (PE ISCPSI 2017-2020).

Descrevem-se os dados relativos à essência da missão deste Instituto, designadamente aos (i) Cursos de Mestrado lecionados, ao (ii) Curso de Promoção de Direção e Estratégia Policial, à (iii) cooperação internacional e à (iv) atividade científica.

Reportam-se ainda as atividades que permitiram a prossecução dos objetivos decorrentes da missão do Instituto, nomeadamente as de (i) acompanhamento e apoio aos alunos, de (ii) ordem financeira, logística e recursos humanos, de (iii) promoção e operabilidade das tecnologias de informação e comunicação, de (iv) avaliação da qualidade dos Cursos de Mestrado, de (v) deontologia e disciplina e de (vi) tradução.

Ao presente relatório de atividades é ainda apenso (em volume próprio) o relatório de atividades do Centro de Investigação (ICPOL), que decorre do regime da investigação científica em Portugal.

²Pela 1.^a vez, apresenta-se a taxa de execução do Plano de Atividades do Instituto

II. BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL

O Instituto é uma instituição de ensino superior público universitário policial, sucessor da ESP, criada em 1982, para formar quadros próprios na carreira de oficial de polícia para a PSP (formação inicial, de progressão e de especialização), dotando-os de conhecimento e competências específicas no domínio da Segurança e da PSP.

Após um quarto de século de experiência consolidada, em 2009, o rol de atribuições do Instituto foi alargado, assumindo um maior envolvimento na formação de quadros superiores das forças policiais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e um maior empenho nas atividades desenvolvidas pela Academia Europeia de Polícia (CEPOL), a par da abertura à sociedade civil, de forma a desenvolver um pensamento nacional na área científica da segurança interna e do agir policial.

Fruto da experiência, nacional e internacional, acumulada ao longo de mais de trinta anos de atividades académicas, o Instituto ergueu o conceito de Ciências Policiais - *corpo organizado e sistematizado de conhecimentos científicos sobre a organização e a ação policial e os fins inerentes à segurança interna, cujo estudo científico contribui para a edificação de princípios e padrões de atuação, suportados em lógicas epistémicas, tendo por referência os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e a defesa da legalidade democrática* - o qual ora se encontra consolidado em Portugal e alinhado com o pensamento europeu policial nessa matéria.

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP) tem respondido às crescentes exigências e dinâmicas da sociedade em matéria de segurança. No entanto, importa destacar que o Instituto forma oficiais de polícia ao longo da carreira e, nesta perspetiva, atentos ao seu descritivo funcional em matéria de competências legais, impõe-se formar profissionais para liderar, comandar e gerir as unidades, subunidades e os serviços policiais em todo o território nacional e no estrangeiro, quando sejam nomeados para missões de serviço em organizações internacionais. Formar líderes e comandantes ultrapassa o mero *saber*, daí que o CMICP seja uma das componentes de um projeto formativo mais abrangente: o CFOP.

Em resumo, é de assinalar que o Instituto forma oficiais de polícia ao longo de uma carreira, não só para o *saber*, mas também para o *ser* e o *fazer*, preparando-os para ambientes marcados pela permanente mutação das ameaças e riscos e de elevada incerteza.

A qualidade do projeto formativo do Instituto, a par da sua capacidade de organização, mereceu, em 2016, o reconhecimento da CEPOL ao atribuir a este Instituto a responsabilidade de coordenar as duas primeiras edições do *European Joint Master Programme – Policing in Europe*.

O Diretor do Instituto depende diretamente do Diretor Nacional da PSP e dirige superiormente todas as atividades do Instituto.

O Instituto, na sua dimensão interna e externa, pugna pela afirmação do seu lema: **“Victoria Discentium Gloria Docentium”**.

1. Missão, visão e valores

- **MISSÃO**

A organização e o funcionamento da PSP estão regulados pela Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. Nos termos do artigo 50.º, o Instituto integra a orgânica da PSP e é *“um instituto policial de ensino superior universitário que tem por missão formar oficiais de polícia, promover o seu aperfeiçoamento permanente e realizar, coordenar ou colaborar em projetos de investigação e desenvolvimento no domínio das ciências policiais.”* (n.º 1). A mesma disposição legal refere que *“O ISCPSI confere, nos termos da lei, graus académicos na sua área científica.”* (n.º 2).

O Instituto, nos termos do seu estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro, tem por **missão**, *“ministrar formação inicial e ao longo da vida aos oficiais de polícia da Polícia de Segurança Pública (PSP), através de ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus académicos em ciências policiais e de ciclos de estudos não conferentes de grau académico, nos termos da legislação aplicável.”* (n.º 3, do artigo 1.º).

O Instituto pode ainda, *“ministrar formação académica e técnico-profissional destinada aos técnicos superiores e dirigentes das forças, serviços e organismos de segurança, das polícias municipais e de outras entidades com atribuições e competências no âmbito da segurança interna.”* (n.º 4, do artigo 1.º).

Nos termos do artigo 3.º do já referido estatuto, o Instituto *“confere os graus académicos de licenciado e de mestre”* (n.º 1), após *“um ciclo de estudos integrado com 300 créditos e uma duração normal de 10 semestres curriculares de trabalho dos alunos, constituindo a habilitação mínima exigida para o ingresso na carreira de oficial de polícia.”* (n.º 2), sendo que a concessão do grau de licenciado ocorre quando os *“alunos que tenham realizado os*

180 créditos correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares de trabalho, não constituindo habilitação para o ingresso na carreira de oficial de polícia.” (n.º 3).

A lei refere, igualmente, que o *“ISCPSP pode associar-se com universidades públicas nacionais para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor” (n.º 5).*

A pormenorização do seu quadro de **competências** está prevista no artigo 2.º do já mencionado diploma legal:

- a) Organizar e ministrar ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus académicos em ciências policiais;
- b) Organizar e ministrar outros ciclos de estudos não conferentes de grau académico;
- c) Organizar e ministrar outros cursos de especialização ou aperfeiçoamento e outras atividades de ensino com interesse para a PSP, para as instituições que atuam no âmbito da segurança interna e para a comunidade em geral;
- d) Realizar, coordenar ou colaborar com outras instituições de ensino superior ou não, nacionais ou estrangeiras, em projetos de formação, investigação e desenvolvimento policial;
- e) Cooperar na formação superior universitária inicial e na formação ao longo da vida de profissionais de forças, serviços e organismos de segurança de países estrangeiros, nomeadamente da União Europeia (UE) e da CPLP;
- f) Desenvolver doutrina nas áreas da segurança e polícia, políticas de segurança, cooperação policial internacional, organizações e missões internacionais e gestão de crises;
- g) Colaborar com a Direcção Nacional da PSP, com outras forças e serviços de segurança ou quaisquer entidades e organizações, nos processos de seleção, formação e avaliação de pessoal destinado a desempenhar funções em organismos e missões internacionais;
- h) Dinamizar e coordenar a participação da PSP no âmbito da CEPOL, da Associação Europeia dos Colégios de Polícia (AEPC) e de outras redes e instituições que desenvolvam a sua atividade no âmbito da formação superior universitária policial;
- i) Promover e apoiar publicações científicas.

A organização e o funcionamento do Instituto não se limitam ao supramencionado quadro legal. Por estar inserido no ensino superior universitário nacional, está igualmente sujeito, supletivamente, ao regime normativo para esse setor.

- **VISÃO**

Ser um estabelecimento de ensino superior policial de referência nacional e internacional, que forma Líderes, Comandantes e Gestores para a PSP e para outras organizações públicas e privadas com responsabilidades na segurança, liderando a investigação, o desenvolvimento e a aplicação do conhecimento científico e gerando uma comunidade epistémica na área da polícia e da segurança.

*“Ser uma Polícia Cidadã”
“Liderar, Comandar e Gerir”
“Formar para o Saber, Ser e Fazer”*

- **VALORES**

Nos termos da sua Lei orgânica – aprovada pela Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto -, a PSP é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público, a qual tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.

A prossecução dessa missão de soberania nacional determina a existência de profissionais qualificados e impregnados de princípios ético-deontológicos que garantam um exercício credível e eficiente do serviço policial, enquanto parte integrante do Estado de Direito Democrático.

Os alunos do Instituto estão vinculados aos valores que sustentam o Código Deontológico do pessoal policial da PSP, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 07 de fevereiro.

- Cumprir os deveres legais, servir o interesse público, defender as instituições democráticas, proteger os cidadãos contra atos ilegais e respeitar os direitos humanos;
- Cultivar e promover os valores do Humanismo, da Justiça, Integridade, Honra, Dignidade, Imparcialidade, Isenção, Probidade e Solidariedade;
- Respeitar a Constituição da República Portuguesa, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, as convenções internacionais, a lei e o Código Deontológico.

A consolidação de tais princípios ético-deontológicos inicia-se e decorre ao longo de todo o processo formativo do aluno que frequenta o Instituto, período esse em que, aos alunos é exigida uma conduta diária, suportada num portefólio de virtudes a desenvolver:

camaradagem, disciplina, dedicação, inteligência, justiça, isenção, humanismo, firmeza, coragem, responsabilidade, solidariedade, tolerância, prudência, humildade, perseverança, honradez, honestidade e lealdade.

Pretende-se, assim, que um aluno do CFOP, interprete e assuma, logo no início do seu processo formativo, as regras de conduta intrínsecas à condição policial a que está sujeito um polícia que presta serviço na PSP e atípicas à generalidade dos trabalhadores da Administração Pública (n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro):

- a) Subordinação ao interesse público;
- b) Defesa da legalidade democrática, da segurança interna e dos direitos fundamentais dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei;
- c) Sujeição aos riscos decorrentes do cumprimento das missões cometidas à PSP;
- d) Subordinação à hierarquia de comando na PSP;
- e) Sujeição a um regulamento disciplinar próprio;
- f) Disponibilidade permanente para o serviço, bem como para a formação e para o treino;
- g) Restrição ao exercício de direitos, nos termos previstos na Constituição e na lei;
- h) Adoção, em todas as situações, de uma conduta pessoal e profissional conforme aos princípios éticos e deontológicos da função policial;
- i) Consagração de direitos especiais em matéria de compensação do risco, saúde e higiene e segurança no trabalho, nas carreiras e na formação.

2. Análise dos Stakeholders

A implementação da estratégia delineada pelo Instituto para o quadriénio 2017-2020 tem em atenção, entre outros fatores, as expectativas e os interesses dos *Stakeholders* ou Partes Interessadas, pois, estes, direta ou indiretamente, influenciam a definição dos objetivos a elencar e as atividades a realizar.

Assim sendo, com a análise dos *Stakeholders*, procura-se identificar os destinatários (pessoas, grupos, organizações) da atividade desenvolvida pelo Instituto, isto é, os clientes, internos ou externos, interessados neste estabelecimento de ensino superior policial, com o fim último de se definirem abordagens que contemplem os interesses desses mesmos destinatários para com o Instituto.

A nível interno, a atividade de ensino é dirigida para as necessidades previstas pela Direção Nacional, respeitante ao número de oficiais que se pretendem formar, bem como para o desenvolvimento de estudos e o aperfeiçoamento da doutrina policial, ou seja, a

atividade desenvolvida pelo Instituto prossegue os objetivos tipificados no artigo 121.º do estatuto profissional do pessoal com funções policiais da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro (Cursos de formação inicial, de promoção, de especialização, de atualização e formação contínua).

Já a atividade desenvolvida pelo Instituto dirigida à comunidade em geral/cliente externo, passa pela disponibilidade de oferta formativa vária, designadamente o Curso de Mestrado em Ciências Policiais (CMCP).

Como se pode ver na Figura 1, os *stakeholders*/principais grupos de interesse do Instituto foram enquadrados em função do seu grau de interesse para a organização e do seu poder relativo e, deste modo, o Instituto dispõe de informação relevante quanto à forma como deve gerir a sua relação com cada um destes *stakeholders*.

Figura 1 | Stakeholders do ISCPSP



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade do ISCPSP.

3. Análise SWOT

Recorrendo à metodologia da análise SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities and threats*), elementos-chave da análise estratégica, caracterizam-se, de seguida, os fatores endógenos e exógenos, que influenciaram o Instituto na definição das suas opções, desenvolvidas durante o ano de 2017 (Figura 2).

Figura 2 | Análise SWOT



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade do ISCPSP.

4. Opções, eixos e objetivos estratégicos

Considerando as opções estratégicas delineadas pela Direção Nacional da PSP para o quadriénio 2017-2020, considerando todo o quadro regulamentar que disciplina o ensino superior em Portugal e considerando, ainda, a missão legalmente prevista para Instituto, definiram-se as opções estratégicas (e as linhas prioritárias de atuação) a desenvolver até 2020. Ademais, o PE ISCPSI 2017-2020 pretende:

- a) Garantir um alinhamento concetual das opções estratégicas do Instituto com as opções estratégicas da PSP para o quadriénio 2017-2020;
- b) Identificar soluções que permitam responder às conclusões da análise *SWOT* anteriormente efetuada, de forma a: colmatar os pontos fracos, tirar vantagens dos pontos fortes, minimizar possíveis constrangimentos e aproveitar as eventuais oportunidades, de forma a contribuir para a melhoria contínua dos seus serviços e a qualidade do ensino que ministra;
- c) Executar, de acordo com o mapa estratégico e num processo contínuo, que se iniciou em 2017, a estratégia, criando valor acrescentado para o Instituto;
- d) Em sentido lato, melhorar a qualidade do ensino superior policial ministrado, de modo a responder às necessidades da PSP e do país.

4.1. Opções e eixos estratégicos

As opções e os eixos estratégicos delineados para o Instituto decorrem da sua missão e valores, bem como da visão prospetiva para o quadriénio 2017-2020, e estão em consonância com os eixos estratégicos da PSP, sendo certo que o enfoque na formação, investigação científica e internacionalização resulta do facto de o Instituto ser um Estabelecimento de Ensino Superior (Tabela 1).

Tabela 1 | Missão, visão e valores e alinhamento dos eixos estratégicos do ISCPSI com os da PSP [2017 - 2020]

PSP		ISCPSI	
Missão			
Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei		Formar oficiais de polícia, promover o seu aperfeiçoamento permanente, contribuir para a formação da sociedade civil em matéria de segurança e produzir e divulgar conhecimento na área das ciências policiais e da segurança interna	
Visão			
Uma Polícia Moderna, Pró-ativa, Integral, Eficaz e Eficiente - uma Polícia Sempre Presente		Ser um estabelecimento de ensino superior policial de referência nacional e internacional, que forma Líderes, Comandantes e Gestores para a PSP e para outras organizações públicas e privadas com responsabilidades na segurança, liderando a investigação, o desenvolvimento e a aplicação do conhecimento científico e gerando uma comunidade epistémica na área da polícia e da segurança	
Valores			
Dedicação, disciplina, honestidade, justiça, camaradagem, isenção, humildade, solidariedade, lealdade, responsabilidade, transparência e humanidade			
Grandes Opções Estratégicas			
Eixos estratégicos da PSP 2017-2020	Eixo 1 - Policia Sempre Presente - Um dispositivo mais eficiente para uma presença mais visível e eficaz	Eixo 6 - Fortalecer o compromisso de responsabilidade social	Eixos estratégicos do ISCPSI 2017-2020
	Eixo 2 - Reforçar para criar valor - Valorização humana, profissional e técnica dos recursos humanos	Eixo 1 - Promover a qualidade no ensino	
		Eixo 2 - Consolidar a investigação científica	
	Eixo 3 - Qualidade dos serviços - Implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade Total	Eixo 4 - Desenvolver a gestão da qualidade	
		Eixo 5 - Otimizar a gestão de recursos e os processos produtivos	
	Eixo 4 - Comunicação e informação - Consolidação evolutiva do modelo de comunicação e dos sistemas e tecnologias de informação	Eixo 5 - Otimizar a gestão de recursos e os processos produtivos	
Eixo 5 - Cooperação - Reforçar a imagem institucional, as capacidades, competências e o profissionalismo	Eixo 1 - Promover a qualidade no ensino		
	Eixo 2 - Consolidar a investigação científica		
	Eixo 3 - Reforçar a internacionalização		

Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade do ISCPSI.

As opções estratégicas do Instituto para o quadriénio 2017-2020 consagram seis eixos fundamentais: (i) promover a qualidade no ensino, (ii) consolidar a investigação científica, (iii) reforçar a internacionalização, (iv) desenvolver a gestão da qualidade, (v) otimizar a gestão de recursos e os processos produtivos e (vi) fortalecer o compromisso de responsabilidade social (Figura 3).

Figura 3 | Eixos estratégicos do ISCP SI para 2017-2020



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade do ISCP SI.

4.2. Mapa estratégico – *Balanced ScoreCard*

O *Balanced ScoreCard* (BSC) constitui-se como um processo contínuo de criação de valor e permite, através das quatro perspetivas, ordenadas por ordem de relevância, executar a estratégia delineada para o Instituto.

Partindo das opções estratégicas do Instituto para o quadriénio 2017-2020, identificaram-se seis eixos fundamentais, desdobráveis em múltiplos objetivos estratégicos. A figura 4 caracteriza a necessária correlação entre os objetivos estratégicos definidos para 2017, por referência aos eixos fundamentais estabelecidos e as quatro perspetivas do *BSC* (adaptadas ao Instituto), colocando um especial enfoque nos alunos e na comunidade.

Este é, pois, o processo de criação de valor - ilustrado nas relações causa-efeito que liga os objetivos - decorrente da missão e da visão previamente delineada (Figuras 4 e 5).

A prossecução dos objetivos estratégicos definidos para 2017 é alcançada através da concretização dos objetivos operacionais, indicadores e metas previamente traçadas, como se demonstra no presente Relatório em capítulo próprio “Resultados dos objetivos e indicadores operacionais delineados para o Instituto - 2017”.

Figura 4 | Mapa estratégico do ISCPSI: relação causa-efeito entre os objetivos estratégicos 2017



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade do ISCPSI.

Clientes satisfeitos, pessoas preparadas e motivadas, processos eficazes e eficientes e sustentação financeira são, pois, os resultados estratégicos propostos e que se pretendem atingir (Figura 5).

Figura 5 | BSC como processo contínuo de criação de valor

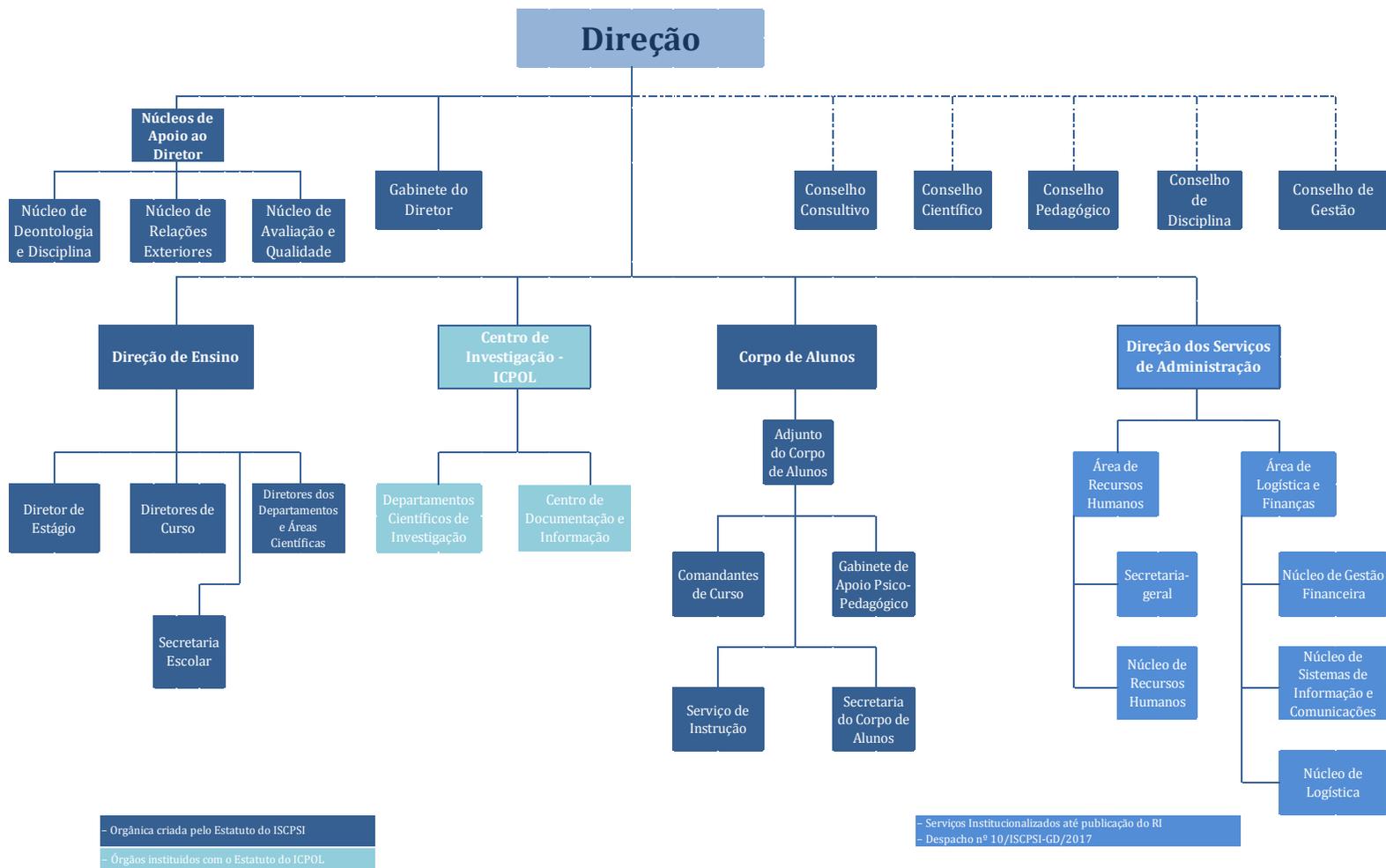


Fonte: Kaplan & Norton, 2004.

5. Estrutura organizacional

Conforme decorre do Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro, que aprova o Estatuto do Instituto, são órgãos deste “Instituto” a direção; a direção de ensino; o centro de investigação; o corpo de alunos; a direção dos serviços de administração; o conselho consultivo; o conselho científico; o conselho pedagógico; o conselho de disciplina e o conselho de gestão (art.º 4º). Constituem a direção do Instituto o diretor e o diretor- adjunto (art.º 5.º) (Figura 6).

Figura 6 | Organograma do ISCPSI



- Orgânica criada pelo Estatuto do ISCPSI
 - Órgãos instituídos com o Estatuto do ICPOL

- Serviços institucionalizados até publicação do RI
 - Despacho nº 10/ISCPSI-GD/2017

Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade do ISCPSI.

Na dependência do diretor funcionam ainda os núcleos de deontologia e disciplina, de relações exteriores e de avaliação e qualidade (art.º 9.º). Encontra-se ainda previsto o gabinete do diretor (art.º 8.º).

6. Efemérides

O Instituto, à semelhança das restantes unidades de polícia e estabelecimentos de ensino, comemora, anualmente, no dia 15 de outubro, o respetivo dia de aniversário, realizando diversas atividades de índole cultural e policial. Tal cerimónia pretende:

- a) Reconhecer, publicamente, o trabalho desenvolvido por todos os anteriores profissionais do Instituto, corpo docente, não docente e alunos que contribuíram para o sucesso deste estabelecimento de ensino superior público universitário policial;
- b) Concomitantemente promove junto dos atuais colaboradores, o sentido de missão de serviço público;
- c) Proporciona à comunidade, em geral, uma oportunidade para participarem nas atividades e assim melhor conhecerem a missão da PSP e do Instituto.

Além da efeméride referida anteriormente, o Instituto organiza e participa nos eventos descritos na tabela 2.

Tabela 2 | Calendarização das cerimónias para 2017

CERIMÓNIAS	DATAS
Compromisso de Honra dos Aspirantes do 28º CFOP	Junho
Comemoração do Aniversário da PSP	Julho
Patrono da PSP	Setembro
Comemoração do Aniversário do ISCPSI	Outubro
Cerimónia de Imposição de Platinas	Outubro
Abertura Solene do Ano Letivo	Novembro

Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade.

III – AUTOAVALIAÇÃO - OBJETIVOS, ATIVIDADES, RECURSOS E RESULTADOS

Após uma breve caracterização e enquadramento do Instituto, quanto à sua natureza, missão, visão, valores e estrutura orgânica, bem como quanto aos *Stakeholders*, às opções, eixos e objetivos estratégicos que presidiram - de acordo com uma análise *SWOT* e um mapa estratégico (*BSC*) - à prossecução de uma panóplia de atividades em 2017, procede-se, de seguida, a uma resenha relativa à autoavaliação deste Instituto, fundada nas atividades desenvolvidas, nos recursos afetos e nos resultados alcançados.

1. Atividades de ensino, investigação científica e internacionalização e respetivos resultados

1.1. Ensino Superior Universitário [DE]

O Instituto organiza e ministra ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus académicos em ciências policiais, denominados por Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP) e Curso de Mestrado em Ciências Policiais (CMCP), bem como outros cursos de promoção, especialização e aperfeiçoamento, como o Curso de Direção e Estratégia Policial (CDEP)³ e o Curso de Comando e Direção Policial (CCDP).

1.1.1. Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

A Direção de Ensino (DE) é a unidade orgânica responsável pela organização e funcionamento do CMICP, tendo desenvolvido, em 2017, na vertente ensino, as seguintes atividades:

- No ano letivo 2016-17, o Instituto ministrou o CMICP (Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP)) ao 1.º ano (33.º Curso), 2.º ano (32.º curso), 3.º ano (31.º Curso) e 4.º ano (30.º curso) e decorreu o Estágio de Aspirantes do 5ºano (29.º curso) (Tabelas 3 e 4);
- No ano letivo 2017-18, o Instituto ministra o CMICP ao 1.º ano (34.º Curso), 2.º ano (33.º Curso), 3.º ano (32.º Curso) e 4.º ano (31.º Curso) e decorre o Estágio de Aspirantes do 5ºano (30.º curso) (Tabelas 5 e 6 e Gráficos 1, 2 e 3);

³ Em 2017, decorreu o 4.º CDEP.

❖ Ano letivo 2016-17

Tabela 3 | Cadetes-alunos do CMICP - ano letivo 2016-17 (VA)

Categoria	Ano letivo 2016-17	N.º de Cadetes-alunos
Aspirante	5.º Ano	23
Cadete-aluno	4.º Ano	32
Cadete-aluno	3.º Ano	36
Cadete-aluno	2.º Ano	38
Cadete-aluno	1.º Ano	47
Total		176 Cadetes-alunos

Fonte: Direção de Ensino.

Tabela 4 | Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade, género e ano de frequência - ano letivo 2016-17 (VA)

Nacionalidade	Aspirantes			Cadetes-alunos												Total		
	5.º ano (29.º Curso)			4.º ano (30.º Curso)			3.º ano (31.º Curso)			2.º ano (32.º Curso)			1.º ano (33.º Curso)					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Portugal	18	2	20	16	10	26	16	10	26	17	7	24	25	5	30	92	34	126
Cabo Verde	0	0	0	1	0	1	2	0	2	2	0	2	3	3	6	8	3	11
Angola	1	0	1	2	0	2	2	0	2	4	0	4	0	0	0	9	0	9
Moçambique	0	1	1	2	0	2	5	0	5	3	1	4	3	1	4	13	3	16
São Tomé e Príncipe	1	0	1	1	0	1	1	0	1	2	1	3	1	1	2	6	2	8
Guiné-Bissau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	2	5	4	2	6
Total	20	3	23	22	10	32	26	10	36	29	9	38	35	12	47	132	44	176

Fonte: Direção de Ensino.

❖ Ano letivo 2017-18

Tabela 5 | Cadetes-alunos do CMICP - ano letivo 2017-18 (VA)

Categoria	Ano letivo 2017-18	N.º de Cadetes-alunos
Aspirante	5.º Ano	31
Cadete-aluno	4.º Ano	36
Cadete-aluno	3.º Ano	37
Cadete-aluno	2.º Ano	48
Cadete-aluno	1.º Ano	45
Total		197 Cadetes-alunos

Fonte: Direção de Ensino.

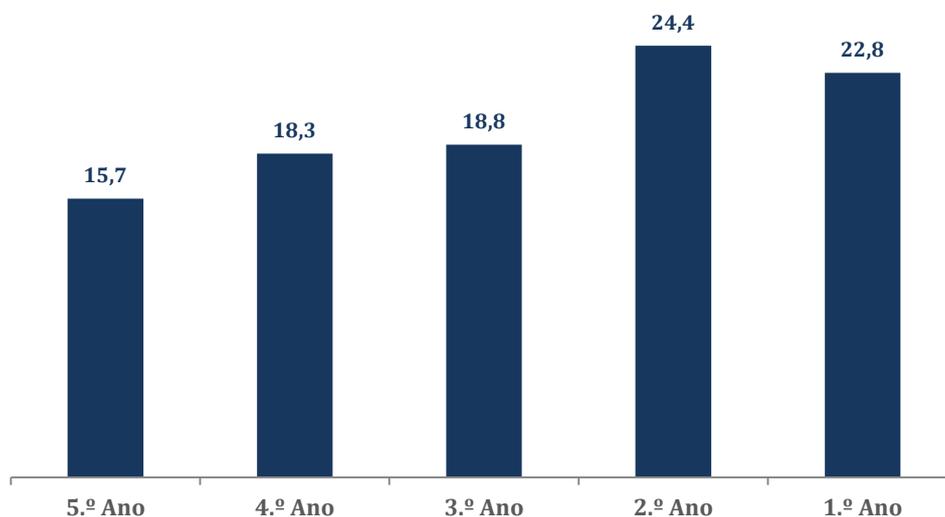
Tabela 6 | Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade, género e ano de frequência - ano letivo 2017-18 (VA)

Nacionalidade	Aspirantes			Cadetes-alunos												Totais		
	5º ano (30º Curso)			4º ano (31º Curso)			3º ano (32º Curso)			2º ano (33º Curso)			1º ano (34º Curso)					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Portugal	15	10	25	16	10	26	17	7	24	25	5	30	20	10	30	93	42	135
Cabo Verde	1	0	1	2	0	2	2	0	2	3	3	6	4	2	6	12	5	17
Angola	2	0	2	2	0	2	4	0	4	0	0	0	2	1	3	10	1	11
Moçambique	2	0	2	5	0	5	3	1	4	3	1	4	1	1	2	14	3	17
São Tomé e Príncipe	1	0	1	1	0	1	2	0	2	1	2	3	2	0	2	7	2	9
Guiné-Bissau	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	2	5	1	1	2	5	3	8
Totais	21	10	31	26	10	36	29	8	37	35	13	48	30	15	45	141	56	197

Fonte: Direção de Ensino.

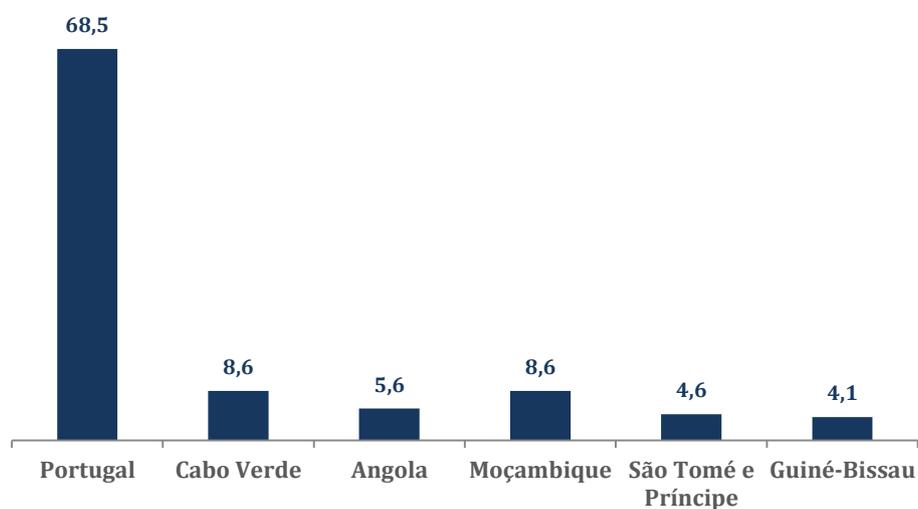
Dos 686 candidatos ao concurso de admissão ao 34º CFOP (1.º ano do CMICP relativo ao ano letivo 2017-18), foram admitidos - de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 230/2010, de 26 de abril - 30 Cadetes-alunos (os primeiros classificados), ou seja, 4,37% dos candidatos (1 Cadete-aluno em cada 23 candidatos).

Gráfico 1 | Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por ano de frequência - ano letivo 2017-18 (%)



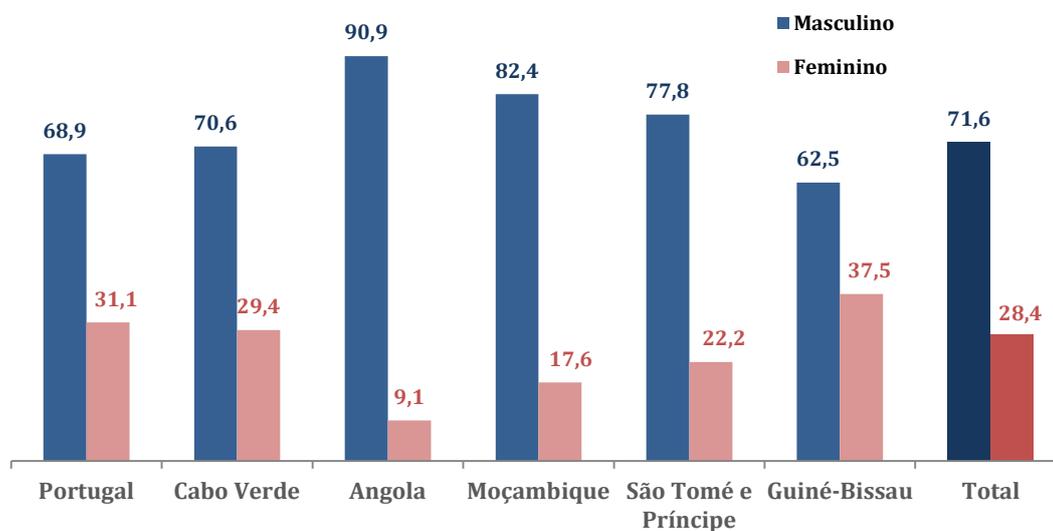
Fonte: Direção de Ensino.

Gráfico 2 | Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade - ano letivo 2017-18 (%)



Fonte: Direção de Ensino.

Gráfico 3 | Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade e género - ano letivo 2017-18 (%)



Fonte: Direção de Ensino.

Observa-se que, no ano letivo 2017-18, 31,5% dos Cadetes-alunos são estrangeiros (oriundos dos PALOP) e 28,4% são mulheres.

1.1.2. Curso de Mestrado em Ciências Policiais

Em 2017, o CMCP teve a coordenação científica do ICPOL - Centro de Investigação e a direção e gestão do Curso foi assegurada pela DE, tendo, nesta vertente de ensino pós-graduado, desenvolvido as seguintes atividades:

- IX Curso de Mestrado em Ciências Policiais
 - Promoveu e assegurou durante 2017 a parte curricular do IX CMCP.
 - Terminou, em 31 de julho de 2017, a parte curricular do IX CMCP, nas áreas de especialização em Segurança Interna, Gestão da Segurança e Criminologia e Investigação Criminal.
 - Coordenou os processos de orientação das dissertações dos alunos que concluíram a parte curricular.
 - Sete mestrandos defenderam a dissertação de mestrado, tendo sido aprovados como Mestres em Ciências Policiais, nas especializações em (i) Segurança Interna, (ii) Gestão da Segurança e (iii) Criminologia e Investigação Criminal.
 - Teve início, em 29 de setembro de 2017, o IX CMCP (2.º ano curricular), nas áreas de especialização de (i) Criminologia e Investigação Criminal, (ii) Gestão da Segurança e (iii) Segurança Interna, contando com a inscrição de 38 mestrandos (Tabelas 7).

Tabela 7 | Distribuição dos Mestrandos do IX CMCP, por nacionalidade, género e especialização - ano letivo 2017-18 (2.º ano curricular) (VA)

Nacionalidade	Mestrandos									Total		
	Criminologia e Investigação Criminal			Gestão da Segurança			Segurança Interna					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Portugal	2	18	20	6	2	8	6	1	7	14	21	35
Brasil	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Cabo Verde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Angola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moçambique	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
São Tomé e Príncipe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guiné-Bissau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3	20	23	6	2	8	6	1	7	15	23	38

Fonte: Direção de Ensino.

- X Curso de Mestrado em Ciências Policiais
 - Teve início, em 29 de setembro de 2017, o X CMCP (1.º ano curricular), nas áreas de especialização de (i) Criminologia e Investigação Criminal, (ii) Gestão da Segurança e (iii) Segurança Interna, contando com a inscrição de 40 mestrandos (Tabelas 8).

Tabela 8 | Distribuição dos Mestrandos do X CMCP, por nacionalidade, género e especialização - ano letivo 2017-18 (1.º ano curricular) (VA)

Nacionalidade	Mestrandos									Total		
	Criminologia e Investigação Criminal			Gestão da Segurança			Segurança Interna					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Portugal	4	14	18	2	0	2	2	9	11	8	23	31
Brasil	1	0	1	3	0	3	0	0	0	4	0	4
Cabo Verde	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Angola	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	0	2
Moçambique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Tomé e Príncipe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guiné-Bissau	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1
Outra	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1
Total	5	15	20	6	1	7	4	9	13	15	25	40

Fonte: Direção de Ensino.

1.2. Formação ao longo da vida/Cursos de promoção, especialização e aperfeiçoamento

Nos termos do seu estatuto, o Instituto tem por missão, “*ministrar formação inicial e ao longo da vida aos oficiais de polícia da Polícia de Segurança Pública (PSP), através de ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus académicos em ciências policiais e de ciclos de estudos não conferentes de grau académico, nos termos da legislação aplicável.*” (n.º 3, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro).

Os principais cursos de especialização, promoção e aperfeiçoamento ministrados ao longo da vida aos oficiais de polícia são o CDEP e o CCDP. No entanto, outros cursos são ministrados como sucedeu, em 2017, com o VI Curso Intensivo de Contra terrorismo, frequentado por 40 estudantes.

1.2.1. Curso de promoção – Curso de Direção e Estratégia Policial

Em 2017, e no domínio dos cursos de promoção, o Instituto ministrou o 4.º CDEP. Este curso de promoção de oficiais com a categoria profissional de Intendentes a Superintendentes foi frequentado por 35 Intendentes - distribuídos por duas turmas - e

nele participaram ainda dois oficiais da Polícia Nacional de Angola e dois oficiais da Polícia da República de Moçambique.

1.3. Investigação Científica [ICPOL]

Desde a sua criação e implementação, o Centro de Investigação (ICPOL) tem vindo a promover e a integrar projetos e linhas de investigação nacionais e internacionais, respeitantes às áreas científicas centrais deste Instituto, como testemunham as produções científicas e os vários artigos científicos publicados pelos seus investigadores em revistas e capítulos de livros publicados em Portugal e no estrangeiro ao longo dos seus 12 anos de existência.

O ICPOL iniciou a investigação científica das ciências policiais e segurança interna por meio de linhas de investigação próprias e em colaboração com outras unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), nacionais e internacionais, com projeção através de eventos científicos.

As linhas de I&D desenvolvidas nos primeiros anos do ICPOL assentavam numa lógica de criar ciência em áreas como a ciência policial (em especial a segurança interna), a ciência jurídica, direcionada para a atividade policial, a ciência política, a tática e estratégia policial, a segurança como valor vital à vida em e da comunidade, o urbanismo e as lacunas legislativas, a implementação da polícia em zonas urbanas sensíveis, a polícia e a comunicação social.

Como forma de concretizar os objetivos prioritários para um futuro próximo, o ICPOL organizou-se em linhas de investigação que correspondem às áreas e/ou níveis de formação existentes no seio do próprio Instituto. Assim, cada linha de investigação adotou uma direção científica exclusiva, permitindo, desse modo, formular metas e metodologias de investigação específicas e exequíveis, nos quais se integram os projetos de investigação mais diversos. Os grupos de investigação incluem docentes e discentes do Instituto e investigadores externos ao Instituto.

A política de investigação científica do Instituto será cada vez mais traçada com o objetivo prioritário de regular e tornar coerente os projetos formativos a prever e os objetivos da instituição policial, não esquecendo a sustentabilidade dos ciclos de estudos vigentes e a observância dos indicadores de produção científica dos docentes e discentes, entre outros investigadores, de modo a aumentar a quantidade, a qualidade e o valor acrescentado da produção científica expressa em publicações relevantes e com impacto visível em matérias de Segurança Interna.

A atividade anual, planeada e desenvolvida pelo ICPOL, é alvo de apreciação por parte de uma Comissão Externa Permanente de Aconselhamento Científico (CEPAC) que elabora um parecer com análise e recomendações.

1.3.1. Projetos e linhas de investigação & desenvolvimento

O ICPOL desenvolve, desde o início, linhas de I&D associadas aos eventos científicos e, com o tempo, passou a integrar projetos de I&D, assumindo outros projetos de I&D que se encontram ativos.

O ICPOL integrou e integra “(...) projetos de I&D assumidos junto dos órgãos financiadores pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, pela Faculdade de Economia da Universidade de Economia, pela Universidade da Beira Interior, pelo Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, pelo SOCIUS do Instituto Superior de Economia e Gestão, pela Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil), pela Escola Superior de Polícia na Academia Nacional de Polícia – Polícia Federal (Brasil).”

Dos vários projetos que o ICPOL integrou, destacam-se:

- Projeto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) – Coordenação Europeia Multinacional no Combate ao Terrorismo: os casos de Portugal e Espanha – FCT [PTDC/CPO/64365/2006].
- Projeto FCT – PTDC/IVC-ANT/5314/2012 – COPP-LAB: Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil.
- Comité Internacional: Proyecto DER2011-26954: *Sistema Procesal Penal y métodos alternativos de resolución de conflictos: Análisis crítica y propuestas ante la reforma del proceso penal en el Espacio judicial europeo.*
- Projeto FCT – FCT.PIHM/VG/0131/2008: Mulheres nas Esquadras: Crimes de Violência e Relações de Género.
- Projeto QREN/POAT – “Metodologias de Trabalho na área da Divulgação, Promoção e Proteção dos Direitos dos Menores” [2010/2011].
- Projeto Álcool, Sinistralidade e Lazer Noturno em Lisboa.
- Projeto Daphne II – Youth Deviance and youth violence: a European multi-agency perspective on best practices in prevention and control (YouPrev).

O ICPOL assumiu outros projetos de I&D referentes à investigação desenvolvida no âmbito

das dissertações do CMICP e de fomentação da cooperação internacional, que se encontram **em execução** ou em **fase de implementação**:

Tabela 9 | Projetos de I&D referentes à investigação

Projetos	Responsáveis
MAJOR EVENTS LAB – Laboratório de Grandes Eventos – com três linhas de Investigação	Doutora Lúcia Pais Doutor Sérgio Felgueiras
Projeto Adaptação ao Ensino Superior Policial – ADESPOL.	Doutor António Moreira Diniz Mestre Maria Isaura Almeida
Projeto DAP – Direito e Atividade Policial	Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente
Corpus Delicti – OB-COR: Observatório de Criminalidade Organizada [ESP/ANP-PF, Universidade de São Paulo, Organização dos Estados Americanos, Georgetown University, Universidad de San Martín].	Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente
TA-FiT: Tactical Athlete - The Police FiT [a implementar com a Educação Física]	Doutor Luís Monteiro Doutor Luís Massuça
Projeto MOD-SSI – Modelos de Segurança Interna [ainda em fase de implementação]	Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente
Urbanismo, Segurança e Lei [ainda em fase de implementação]	Doutora Elisabete Mourão

Apresentaram-se ainda candidaturas a financiamento do programa *Horizon 2020* (Comissão Europeia):

- Projeto HARRIER – *Holistic Approach to Crowd Protection against Crime and Terrorism*, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic SEC-07-FCT-2016-2017: Human Factor for the Prevention, Investigation, and Mitigation of criminal and terrorist acts, Sub-Topic 1: New methods for the protection of crowds during mass gatherings.*
- Projeto PADOVA – *Intimated Partner Domestic Violence: Assessment, Prevention and Intervention*, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic SEC-07-FCT-2016-2017: Human Factor for the Prevention, Investigation, and Mitigation of criminal and terrorist acts, Sub-Topic 5: New methods to prevent, investigate and mitigate high impact domestic violence.*
- Projeto RespondNet – *First Responder Network on Natural and Interconnected Risks*, no quadro da *Coordination and Support Action H2020, Topic SEC-21-GM-2016-2017: First Responder Network on Natural and Interconnected Risks.*
- *VALID – Video Analytics in Legal Investigation of crime and terrorismo*, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic: SEC-09-FCT-2017: Toolkits integrating tools and techniques for forensic laboratories.*

1.3.2. Projetos e linhas de investigação enquadrados no Laboratório de Grandes Eventos

Durante o ano letivo 2016/2017, os projetos de investigação científica desenvolvidos no âmbito da atividade inerente ao Laboratório de Grandes Eventos (LGE), enquadraram-se na “Linha de Investigação 3 - Tomada de decisão e atividade policial.”⁴.

De referir que os projetos de investigação se têm vindo a desenvolver no âmbito do tópico geral do policiamento de grandes eventos, mantendo-se abertas três linhas de investigação⁵:

- Linha de Investigação 1 – Grandes eventos de cariz político: A perceção da comunicação social acerca da atividade policial;
- Linha de Investigação 2 – Movimentos sociais: O policiamento do protesto político;
- Linha de Investigação 3 – Tomada de decisão e atividade policial.

A participação em projetos de investigação internacionais é assegurada pelos dois investigadores responsáveis pelo LGE.

1.4. Publicações Científicas [ICPOL]

O ICPOL criou espaços de publicação nacional da produção científica originária das suas linhas de investigação, dos projetos em que está inserido e da produção individual de docentes do Instituto.

A publicação da produção científica qualificada e relevante, desenvolvida no quadro das linhas de investigação e dos projetos de investigação ou pelos investigadores do ICPOL e docentes do Instituto, mesmo a que é desenvolvida no âmbito de estudos para obtenção de graus académicos ou como base para lecionar as unidades curriculares, tem sido alcançada com um reduzido investimento do erário público ou com reduzido investimento do orçamento do ISCPSI/PSP. O apoio tem sido de privados [professores, alunos e pessoas dedicadas à ciência], de fundações, de organismos e serviços do setor público.

O ICPOL, tendo, desde a sua fundação, por missão produzir e publicar ciência, constata-se que tem mais de cinco dezenas de publicações.

⁴ No ano letivo 2016/2017, realizaram-se, no âmbito da Linha de Investigação 3, quatro dissertações de mestrado em ciências policiais, intituladas por: “Um estudo sobre a decisão policial no contexto dos grandes eventos desportivos”; “A decisão na ordem de paragem: Estudo sobre a tomada de decisão em agentes da PSP”; “A tomada de decisão dos comandantes de polícia em grandes eventos políticos” e “A decisão policial nas operações de fiscalização de trânsito: O caso das polícias de menor experiência”. Os projetos de investigação dedicados ao estudo da tomada de decisão em operações de fiscalização de trânsito foram desenvolvidos na Sala de Simulação, com apresentação de vídeos e recolha de dados junto de 33 elementos policiais da Divisão de Trânsito.

⁵ Em função da situação social e política que se tem verificado no País, e que se tem traduzido na pouca atividade de protesto, as Linhas de Investigação 1 e 2 não tiveram atividade nova.

Inicialmente, e em parceria com a Almedina, promoveu-se a publicação de **produções temáticas**, das quais de destacam:

- *I e II Colóquio de Segurança Interna* [2 Livros]; *Reuniões e Manifestações* [1 Livro]; *Urbanismo, Segurança e Lei* [2 Livros];
- Publicaram-se, como é da praxis universitária, Estudos de Homenagem e Comemorativos [5 Livros];
- A **Coleção Científica** destacou-se pela publicação de trabalhos de mestrado de Docentes do Instituto e produções resultantes de linhas de investigação [6 Livros].

Em 2014, esta coleção deu origem às publicações do ISCPSP-ICPOL. Esta coleção tem obtido um resultado muito positivo no que concerne à projeção da imagem institucional e com uma boa fonte de receitas [13 Livros].

No ano de 2004, o ICPOL, à semelhança de outros centros de investigação, fundou a revista POLITEIA – Revista do ISCPSP. A revista encontra-se indexada na Plataforma *LATINDEX* (Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal) e está em fase de integrar a plataforma *SciELO* (*Scientific Electronic Library Online*).

A POLITEIA tem, desde 2012, uma comissão de avaliação científica, comissão esta composta por professores e investigadores doutorados de outras instituições universitárias nacionais e estrangeiras.

Até ao momento, foram publicados 16 volumes da referida revista.

As publicações científicas promovidas pelo ICPOL e decorrentes do trabalho desenvolvido pelos seus Investigadores ao longo do ano de 2017 materializaram-se através da publicação de (i) livros temáticos das Ciências Policiais e Segurança Interna e de (ii) artigos científicos individuais e coletivos [revistas com *peer-reviewed* / capítulos de livro], conforme consta no Relatório de atividades do ICPOL, anexo ao presente Relatório.

1.5. Internacionalização - Cooperação Internacional [DE, ICPOL e NRE]

Em 2017, e no domínio das relações exteriores e de cooperação internacional, o Instituto promoveu e esteve representado em diversas reuniões internacionais, cursos, estágios, visitas e outros eventos, caminhando, desta forma, para um gradual e crescente processo de internacionalização.

1.5.1. Países de língua oficial portuguesa

O Instituto tem vindo a reforçar a cooperação internacional com os países de língua oficial portuguesa, nomeadamente, continuando a ministrar o CMICP e o CMCP a alunos oriundos da CPLP. Em 2017, os estudantes estrangeiros representavam 26,9% (74, em 275) dos estudantes do Instituto.

No entanto, em 2017, e por fatores exógenos ao Instituto, não se realizou o Estágio para Oficiais com Funções de Direção e Chefia da CPLP e não se encontra previsto qualquer estágio desta natureza para 2018.

1.5.2. Academia Europeia de Polícia

De acordo com a visão estratégica do Instituto para a cooperação com a Academia Europeia de Polícia (CEPOL) e na sequência da apresentação, em 2016, de quatro propostas de candidatura a Cursos CEPOL, decorreram, no Instituto, em 2017, três atividades formativas de cariz internacional, nomeadamente:

- Curso CEPOL n.º 28/2017 – *Firearms – Strategic Aspects in Law Enforcement*; decorreu de 03 a 06 de abril de 2017;
- Curso CEPOL n.º 37/2017 – *Airport security: Airport soft target protection*; decorreu de 11 a 14 de julho de 2017;
- Curso CEPOL n.º 43/2017 – *Public order – security during major events - PPP (HOUSE-EUSEC) - Step 2*; decorreu de 18 a 22 de setembro de 2017;
- O *Workshop* CEPOL n.º 51/2017 – *EU Law enforcement leadership - Police Chiefs and Deputies*⁶, previsto para o período de 16 a 18 de maio 2017 não se realizou por falta de participantes.

Em 2017, o Instituto, enquanto *CEPOL Framework Partner*, preparou três propostas de candidatura a cursos CEPOL que irão decorrer no Instituto, em 2018, designadas por:

- Curso CEPOL n.º 15/2018 – *Firearms - strategic aspect inside and with impact on EU*; previsto para 09 a 13 de julho de 2018;
- Curso CEPOL n.º 50/2018 – *Airport security: Airport soft target protection*, a decorrer de 3 a 7 setembro de 2018;

⁶ Este *workshop* era destinado a todos os Diretores / Comandantes Nacionais de Polícia e/ou seus Adjuntos e seria “enquadrado” nas comemorações dos 150 anos da PSP. Tinha como objetivo primordial a discussão e a preparação dos conteúdos para os cursos 52/2017 – *Law Enforcement Leadership - Future leaders - module 1 e 53/2017 – EU Law Enforcement Leadership - Future leaders - module*, e decorre do consórcio entre Portugal e Finlândia que organizariam duas destas atividades.

- Curso CEPOL n.º 51/2018 – *Explosive Security – Security Equipment Standards*, a decorrer de 24 a 28 de setembro de 2018.

Em 2017, 10 elementos da PSP participaram no curso presencial da CEPOL, denominado por *Exchange Programme 2017*.

Na sequência da participação ativa do Instituto na CEPOL, foi atribuído, ao Instituto, em abril de 2016, a coordenação do *European Joint Master Programme - Policing in Europe (EJMP)*, assumindo, deste modo, a liderança do consórcio⁷.

No âmbito deste consórcio, o Instituto, além da liderança/coordenação, colabora, em alguns dos módulos, com outros países europeus e é responsável pela implementação do último módulo – módulo VII (apresentação e defesa das dissertações de Mestrado - online)⁸. Este módulo VII foi frequentado por 26 alunos (24 dos Estados-membros e 2 da EUROPOL).

Entre setembro de 2017 e setembro de 2019, realizar-se-á a segunda edição do *European Joint Master Programme - (Curso de Mestrado Internacional CEPOL)*, prevendo-se a participação de 40 alunos, 30 dos quais com financiamento da CEPOL. Cada Estado-membro pode nomear um participante e apresentar até três candidaturas.

Em 2015, ficou acordado, entre a PSP, a GNR e a PJ, que a participação nacional seria assegurada pela GNR, na primeira edição do Mestrado, e que a segunda edição seria assegurada pela PSP.

O Instituto mantém a (i) função de *National e-Net Manager* (é assegurada pelo NRE) e a (ii) função de *National Research and Science Coorespondent* (é assegurada pelo ICPOL).

No domínio da CEPOL, planejaram-se ainda as presenças do Diretor do Instituto ou de elementos nomeados nas reuniões do *Governing Board*, dos *Framework Partners*, do *Research and Science Correspondent* e do *National e-Net Manager*.

1.5.3. Associação Europeia dos Colégios de Polícia

Habitualmente, o Instituto (i) participa nas reuniões/cursos da Associação Europeia dos Colégios de Polícia (AEPC) e (ii) propõe a realização de eventos internacionais da AEPC no Instituto.

⁷ O *Grant Agreement* do Consórcio, que implementa o *European Joint Master Programme*, foi assinado em 31 de Janeiro de 2017.

⁸ Decidido na reunião da *European Joint Master Programme Steering Board* realizada em outubro de 2015. O módulo VII foi implementado no ISCPSI no período compreendido entre 24 de abril a 15 de setembro de 2017, tendo as teses sido apresentadas no mês de Setembro de 2017.

No entanto, em 2017, constrangimentos de ordem financeira impediram a participação de alguns elementos da PSP nos cursos internacionais organizados pela AEPC⁹.

1.5.4. Parcerias/protocolos e atividades formativas com outras entidades internacionais

No seu processo de internacionalização, o Instituto continuou a desenvolver contactos com as mais diversas entidades internacionais e respondeu às solicitações que lhe foram endereçadas no âmbito de visitas, ações de formação e acompanhamento de delegações estrangeiras ao Instituto.

A proposta de parceria com a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (FRONTEX) foi aceite por este organismo e, a 08 de março de 2017, foi assinado um protocolo entre o Instituto e a FRONTEX, passando, assim, o Instituto a integrar a *NETWORK de academias de polícia*.

O Estágio para Oficiais com Funções de Direção e Chefia da CPLP, previsto para o mês de setembro de 2017, não se realizou pelo facto de não terem sido atempadamente nomeados participantes suficientes para a realização deste Estágio.

1.5.5. Cooperação com instituições universitárias internacionais

Ao longo dos anos o ICPOL, através da promoção de uma intensa cooperação institucional com instituições universitárias e entidades públicas e privadas de referência internacional, tem tido um papel importante na afirmação da internacionalização do Instituto.

As ações que têm vindo a ser desenvolvidas incidem:

- Na promoção de ***circulação de professores*** [Alemanha, Itália, Espanha e Brasil] para lecionação e na promoção de ***circulação de alunos*** para a frequência de cursos pós-graduados conferentes e não conferentes de grau académico.
- Na promoção de ***assinatura de convénios e protocolos*** entre o Instituto e essas instituições universitárias e entidades públicas e privadas.
- Na promoção ***circulação de professores e investigadores estrangeiros*** para participarem como conferencistas em eventos científicos internacionais realizados no Instituto e em outras instituições universitárias em Portugal, em Espanha e no Brasil.
- Na promoção de ***instâncias de investigadores estrangeiros*** no ICPOL de modo a que sejam publicados artigos com referência a essas estadias e orientações de um professor/investigador do Instituto.

⁹ A PSP teria que assumir os custos com as viagens e o alojamento dos participantes.

- Na promoção de **publicações do ICPSI-ICPOL com a participação de autores estrangeiros** e a posterior permuta de publicações.

No domínio do intercâmbio entre Universidades de Polícia, o Instituto acolheu, entre os dias 9 e 18 de junho 2017, a visita, anual, de dois finalistas da Academia de Polícia de *Niedersachsen* (Alemanha).

2. Atividades de apoio ao ensino, à investigação científica e à internacionalização e respetivos resultados

No presente capítulo descrevem-se as atividades de apoio e suporte ao ensino, à investigação científica e à internacionalização, desenvolvidas pelos diversos serviços deste Instituto.

2.1. Direção de Ensino [DE]

Em 2017, a Direção de Ensino (DE), além de coordenar o processo de ensino e aprendizagem, realizou um conjunto de atividades de apoio ao ensino, nomeadamente, nos domínios do CMICP, vulgo CFOP, do 4.º CDEP, do IX e X CMCP (especializações de Segurança Interna, de Gestão da Segurança e de Criminologia e Investigação Criminal), do VI Curso de Contra terrorismo e da formação profissional contínua.

As atividades desenvolvidas foram monitorizadas e reportadas mensalmente, de forma exaustiva, ao Núcleo de Avaliação e Qualidade (NAQ).

As atividades mais relevantes desenvolvidas em 2017 enquadram-se (cf. Tabela 10) nas seguintes áreas temáticas:

- Atividades estruturantes;
- CMICP;
- IX e X CMCP;
- Cursos de Promoção – 4.º CDEP;
- VI Curso Intensivo de Contra terrorismo.

Tabela 10 | Áreas temáticas das atividades de apoio da DE – 2017

Atividades estruturantes	
Processo de avaliação e acreditação do ciclo de estudos ministrado no Instituto – Visita da Comissão de Avaliação Externa (CAE)	18 e 19 de setembro de 2017
Processo de avaliação Institucional – Visita da CAE	5 de dezembro de 2017
Identificação e mapeamento dos procedimentos da DE/ Instituto	
Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES) ¹⁶	1.º Momento - 16JAN a 2MAR2017; 2.º momento – 4ABR a 4MAI2017

Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior (REBIDES) 16	9JAN a 28FEV2016		
Tramitação processual de contratação de docentes, cessação de funções de docência, submissão de processos de contratação e equiparação de categoria ao Conselho Científico	02-01-2017 a 30-12-2017 01-09-2017 a 30-09-2017		
Promoção e participação no projeto de implementação de um <i>Software</i> de Gestão Académica	Desde 01 junho 2014 (ainda em execução)		
Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais			
Conclusão do 1.º semestre do ano letivo 2016/17 do CMICP	27 janeiro 2017		
2.º semestre do ano letivo 2016/2017 do CMICP	01-03-2017 a 31-06-2017		
Apresentação das dissertações dos Aspirantes	22-05-2017 a 20-06-2017		
Concurso de Admissão ao 34.º CFOP (Candidatura, Provas e Procedimentos Administrativos) 686 candidatos sendo admitidos 30 cadetes- alunos (primeiros classificados)	26-05-2017 a 30-09-2017		
Receção e tratamento de candidaturas ao X CMCP bem como preparação do ano letivo - 41 alunos	01-04-2017 a 30-09-2017		
Início do 1º semestre do ano letivo 2017/2018	01-09-2017		
N.º de reuniões do Conselho Científico (em 2017)	6 reuniões		
N.º de reuniões do Conselho Pedagógico (em 2017)	1 reunião		
IX e X Cursos de Mestrado em Ciências Policiais			
Apoio/Coordenação aos mestrandos do IX CMCP	21-10-2016 a 29-09-2017		
Início do ano letivo	29-09-2017		
Número de candidatos admitidos - 40 alunos que se encontram a frequentar o X CMCP			
Cursos de Promoção			
4ª Edição do CDEP			
	TURMA A [17 Intendentes]	TURMA B [18 Intendentes, 2 oficiais da PN Angola e 2 da PR Moçambique]	Duração
I Semestre (horas de contacto - inclui-se o ensino teórico-prático, a orientação tutorial, a participação em seminários, palestras e workshop's e avaliação)	20FEV2017 - 02JUN2017 (avaliação e publicação de resultados até 02JUN2017)	17ABR2017 - 28JUL2017 (avaliação e publicação de resultados até 28JUL2017)	15 semanas
II Semestre	05JUN2017 - 15SET2017	31JUL2017 - 10NOV2017	15 semanas
Entrega do Projeto do Trabalho Individual Final(TIF)	Até 09JUN2017	Até 4AGO2017	5 dias úteis
Aprovação do Projeto do TIF	Até 23JUN2017	Até 18AGO2017	10 dias úteis
Entrega do TIF	Até 15SET2017	Até 10NOV2017	
Distribuição do TIF aos elementos do júri	Até 29SET2017	Até 24NOV2017	2 semanas
Apresentação e defesa pública do TIF	13NOV2017 - 24NOV2017	27NOV2017 - 08DEZ2017	2 semanas
Publicação da classificação final	Até 18DEZ2017	Até 18DEZ2017	3 dias
VI Curso Intensivo de Contra terrorismo			
VI Curso Intensivo Contra terrorismo - 40 alunos	08NOV a 30NOV2017		

Fonte: Direção de Ensino.

2.1.1. Promoção de tecnologias de informação e comunicação - Plataforma *e-learning*

Em 2017, e dando continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, promoveu-se, junto dos diferentes públicos do Instituto (docentes, discentes e colaboradores internos), o recurso e a utilização da Plataforma *E-learning*.

Nesse sentido, tornou-se imprescindível proceder à:

- Manutenção, desenvolvimento e dinamização dos subsites e páginas do:
 - Mestrado Integrado em Ciências Policiais:
 - 1.º, 2.º, 3.º e 4.º. anos letivos;
 - Todas as unidades curriculares;
 - Estágio e Projeto.
 - 4.º Curso de Direção e Estratégia Policial;
 - 10.º Mestrado em Ciências Policiais;
 - Subsite do Corpo de Alunos;
 - Subsite do Núcleo de Avaliação e Qualidade;
 - Subsite para a Técnica de Serviço Policial – Estratégica e Tática das Forças de Segurança;
 - Listagem dos docentes (com os dados biográficos);
 - Todos os *sites* e subsites dispõem de espaços para debate que permitem a interação entre os públicos com acesso a estes mesmos *sites* e subsites.
- Os *sites* e páginas referidos no ponto anterior estão acessíveis a todos os públicos do Instituto (docentes, discentes e colaboradores internos).
- A utilização regular e permanente, pela maioria dos docentes e discentes, da Plataforma de *e-learning* é uma realidade. As dificuldades assinaladas no Relatório de Atividades de 2016 foram, assim, ultrapassadas. Quanto ao preenchimento *on-line* dos sumários, a quase totalidade dos docentes procede ao seu preenchimento no exato momento de lecionação das aulas. Quando assim não é, a DE procede ao envio de alerta/recordatória por correio eletrónico.
- Foi desenvolvida uma funcionalidade de criação de relatórios com base na marcação *on-line* de refeições, dispensas de recolher e de pernoita.
- As principais oportunidades são:

- A plataforma *E-learning* e todas as suas funcionalidades encontram-se disponíveis, a partir de qualquer ponto de acesso (pessoal ou institucional), incluindo aos docentes não policiais;
- Não sendo, a nível mediático, de utilização tão conhecida como outras plataformas (*Blackboard*, *Formare-PT* ou a *Moodle*), esta plataforma permite funcionalidades semelhantes.
- A sua utilização como ferramenta de gestão documental eletrónica, de acordo com as características da Plataforma.”

- Implementação da aplicação gestão académica em ambiente de formação.

2.2. Centro de Investigação [ICPOL]

O Centro de Investigação (ICPOL) é, nos termos do n.º 1, do artigo 3º do seu Estatuto, constituído pelo Diretor, Departamentos Científicos de Investigação (DCI) e Centro de Documentação e Informação (CDI).

2.2.1 Departamentos Científicos de Investigação

Entre 2013 e 2017, a equipa de investigação do ICPOL foi constituída por 29 membros, distribuídos pelas categorias de (i) investigadores doutorados integrados e (ii) investigadores colaboradores.

Em 2017 formalizaram-se quatro extensões contratuais com docentes doutorados do Instituto para o desenvolvimento de atividades de investigação. Com esta mobilização de investigadores, o ICPOL conseguiu garantir uma bolsa com mais de 10 investigadores doutorados com dedicação mínima de 30% do seu tempo, facto que permitirá, a curto prazo, desenvolver todas as formalidades tendentes à avaliação do ICPOL pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), como unidade de I&D.

A estratégia binária do ICPOL tem orientado e projetado o ISCPSP-ICPOL a nível internacional: (i) participação de “investigadores” do ICPOL em eventos organizados por universidades e instituições estrangeiras, públicas e privadas, e, (ii) participação de docentes e investigadores estrangeiros nos nossos eventos científicos. É de realçar os países de Espanha, Brasil, Itália, Cabo Verde, França, Bélgica, Áustria e Alemanha.

De igual modo, o ICPOL preocupou-se em manter alguma investigação produzida por professores universitários estrangeiros – Espanha e, atualmente, Brasil –, na sua unidade de I&D e posterior referência ao mesmo na respetiva publicação científica: veja-se ALFONSO

SERRANO MAÍLLO, *Estudos Comemorativos dos 25 Anos do ISCPSP*, Coimbra: Almedina, 2009, nota da p. 471.

2.2.2 Centro de Documentação e Informação

A necessidade de encontrar equilíbrios de apoio e flexibilidade entre ensino & investigação levou a que, em 2005, a Biblioteca passasse a integrar o ICPOL. A escassez de recursos qualificados e a necessidade de implementar uma unidade de I&D com capacidade de crescimento e de afirmação no seio universitário, impunham a integração do acervo académico-científico dentro desta nova unidade orgânica.

O CDI, enquanto unidade de apoio técnico ao ensino, ao centro de investigação e à comunidade académica e científica, nacional e estrangeira, e à comunidade em geral, desenvolveu, além das atividades de suporte ao ensino pós-graduado, à investigação, à publicação de obras científicas e ao estreitamento de relações institucionais com unidades orgânicas de ensino pós-graduado e de investigação nacionais e estrangeiras (em especial do Brasil), um conjunto de outras atividades de suporte e apoio ao ensino e à investigação do Instituto, designadamente:

- Relativamente à Revista Científica POLITEIA, elaborou uma proposta de Política Editorial da revista e o fluxograma do processo editorial, com o intuito de o Conselho Editorial proceder à candidatura da revista à *SciELO*.
- Continuou a preencher o repositório institucional do Instituto de dissertações do Ciclo de Estudos de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (MICP) e de monografias de Licenciatura em Ciências Policiais.
- Introduziu todas as dissertações do Ciclo de Estudos de Mestrado Integrado e não integrado em Ciências Policiais no Repositório Científico de Acesso Aberto ao Público (RCAAP).
- Com o apoio dos Serviços Sociais da PSP, procedeu à aquisição de monografias e publicações periódicas.
- Recebeu doações de monografias de privados.
- Procedeu ao expurgo dos seus arquivos - todos os documentos excedentes e sem interesse para a coleção da Biblioteca foram oferecidos aos alunos, professores e quadro orgânico.
- Apoiou os eventos científicos realizados ao longo do ano letivo, no Instituto.
- Representou o Instituto e a PSP na 87^a Feira do Livro de Lisboa - o evento foi um sucesso promocional da atividade e produção científica do Instituto/PSP.

- A convite de Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo Sousa, o Instituto, representado pelo CDI, esteve presente na Festa do Livro realizada nos Jardins do Palácio de Belém.

O horário de funcionamento da biblioteca foi ajustado, de modo a prestar um melhor serviço à comunidade académica e científica, indo ao encontro das suas necessidades.

Na sequência de contactos estabelecidos com editoras foram colocados à consignação na livraria, livros editados por professores do Instituto. Deste modo, tenta-se prestar um serviço de proximidade para com a comunidade científica interna e externa.

A biblioteca continuou a registar um considerável número de visitas, internas e externas, bem como de requisições e assistiu-se a um aumento de pesquisas seletivas (Tabela 11).

Tabela 11 | Biblioteca - Visitas, requisições, pesquisas e aquisições 2017

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Visitas internas e externas	3.637
Requisições	1.920
Pesquisas seletivas	453
Aquisições /ofertas	140

Fonte: Centro de Documentação e Informação.

2.3. Corpo de Alunos [CAL]

Ao Corpo de Alunos (CAL) compete¹⁰ o comando dos Cadetes-alunos, a sua integração no Instituto e na PSP, a execução de ações conducentes à sua adequada preparação policial, ética, social e cultural, tendo em vista a formação como oficiais de polícia.¹¹

Em 2017, o CAL desenvolveu as seguintes atividades:

- De acordo com a missão e objetivos definidos pela direção do Instituto para o CAL, as atividades desenvolvidas ao nível do **Comando** materializaram-se em:
 - Planeamento, direção, comando e coordenação de todas as atividades desempenhadas pela estrutura do CAL;
 - Docência em Unidades Curriculares do MICP (CFOP) e do Mestrado em Ciências Policiais (MCP);

¹⁰ O Corpo de Alunos organiza as suas tarefas não de acordo com o calendário civil, mas de acordo com o ano letivo (entre Setembro de um ano e Julho do ano seguinte), pelo que, as informações relativas às tarefas constantes do presente RA são, em grande medida, tarefas em curso.

¹¹ Artigo 12.º, n.º 1 do EISCPSP.

- Participação no (i) Conselho Científico, (ii) no Conselho Pedagógico, bem como no (iii) Grupo de Trabalho para a criação da nova página *Web* do ISCPSP;
- Representação do Instituto na AEPC e FRONTEX;
- Manutenção da Sala de Criminalística ministrando as aulas e realizando oficinas;
- Formação, no âmbito do Departamento de Formação da Direção Nacional da PSP (DN PSP) - cursos de Comando e Liderança e Técnicas de Comando e Liderança para oficiais superiores, técnicos superiores e chefes de polícia, bem como outros cursos de comando e liderança, além do curso CEPOL *Course 91/2017 - Management of Diversity (step 2)* – Viena;
- Participação do CAL e dos alunos nas reuniões de avaliação do ensino superior;
- Responsabilização pelo cumprimento das regras de utilização da carreira de tiro.
- As atividades desenvolvidas pelos **Oficiais do CAL** decorrem, essencialmente, de funções de comando, coordenação e acompanhamento dos cursos, projetos e alunos, materializando-se em:
 - Atividades de comando do 1.º ano, 2.º ano, 3.º ano e 4.º ano do CFOP, relativos aos anos letivos 2016-17 e 2017-18;
 - Participação na integração dos Cadetes-alunos do 1.º ano - Operação Rubicão (2017-18);
 - Acompanhamento dos Cadetes-alunos durante as saídas do Instituto, nomeadamente, em visitas de estudo e deslocações a outras academias, durante competições desportivas;
 - Supervisão do (i) projeto-escola “Corrida Solidária ISCPSP / APAV 2017”, do (ii) projeto-escola “Trail / Make-a-Wish 2017” e do (iii) projeto-escola “BTT-ISCPSP 2017”, integrados no vetor Grandes Eventos Desportivos de Marca Institucional (GEDMI);
 - Coordenação, organização e supervisão do InterEMES, campeonato desportivos entre estabelecimentos de ensino militares e policiais (Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea);
 - Coordenação e planeamento das sessões previstas no plano anual de tiro para os elementos do quadro orgânico do Instituto, aspirantes e Cadetes-alunos;
 - Planeamento das Atividades de Interrupção Letiva (PAIL) e acompanhado dos cadetes-alunos nas visitas de estudo programadas pelos docentes, bem como

participação na organização e implementação do PAIL nos anos letivos 2016-17 e 2017-18;

- Responsabilização pelo Gabinete de Educação Física do Instituto.

- As atividades desenvolvidas pelo **Gabinete de Apoio Psicopedagógico (GAP)**, em 2017, decorrem das suas atribuições específicas e de um conjunto de outras atividades de coordenação de projetos e de suporte às atividades do CAL, designadamente:

- **Promoção, apoio e acompanhamento psico-educacional dos Cadetes-alunos** ao nível do (i) atendimento e acompanhamento individual ao longo do ano, (ii) das entrevistas vocacionais no processo de seleção, da (iii) execução de exercícios de dinâmica de grupo, das (iv) entrevistas aos alunos do 1º ano de modo a analisar o processo de adaptação ao contexto académico, do (v) acompanhamento das atividades e iniciativas desenvolvidas pelos cadetes-alunos e da (vi) criação, coordenação e implementação de Exercícios de Liderança (EL).

- Criação de exercícios de integração: *Energizers* e *Icebreakers* para aplicação aos cadetes durante o ano 2017;

- No âmbito da promoção e realização **de estudos e investigação científica, o GAP** colaborou com o ICPOL (i) no Projeto de Investigação "Adaptação ao Ensino Superior Policial" – ADESPOL e, no âmbito do *European Forum for Urban Security (EFUS)*, colaborou no Projeto "Sport+".

- Integrou, no âmbito do projeto da Qualidade nos Serviços do Instituto (Q-ISCPSP), a Equipa de Autoavaliação do Sistema Interno da Garantia da Qualidade (SIGQ)/ Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

- **No âmbito do reforço da ligação à sociedade, o GAP, através de iniciativas desenvolvidas ao nível da Responsabilidade Social (RS), aprofundou este eixo estratégico do Instituto, (i) gerindo e coordenando, ao longo do ano, o Projeto-Escola Responsabilidade Social, (ii) realizando 24 iniciativas no âmbito da RS e (iii) estabelecendo contactos e envolvendo 103 entidades (93 entidades externas e 10 Serviços/Unidades orgânicas/Comandos e Divisões da PSP);**

- Outras ações de apoio social e aproximação com a comunidade e eventos de recolha de bens, géneros ou fundos também foram desenvolvidas no âmbito deste projeto.

No âmbito do **Projeto-Escola Comunicação e Desenvolvimento de Imagem Institucional** realizaram-se as seguintes ações:

- Cobertura fotográfica das várias atividades executadas no Instituto;
- Produção do vídeo “*Mannequin Challenger*”;
- Divulgação do CFOP em 7 iniciativas (2 feiras vocacionais - (i) Qualifica e (ii) Futurália - e 5 estabelecimentos de ensino);
- Produção de 1 vídeo institucional para candidatura ao prémio Santander;
- Participação no concurso “Dia Azul nas Escolas”, em colaboração com a *Make-a-Wish*;
- Atualização do material promocional do CFOP.

- **De registar ainda a participação em diversas conferências, encontros e seminários de interesse para o Instituto e o desenvolvimento de cursos/ações de formação diversas.**

- No âmbito do processo **de integração dos novos Cadetes-alunos** o CA desenvolveu a “Operação Rubicão”, tendo planeado e executado todos os exercícios em colaboração com a Unidade Especial de Polícia (UEP), que cedeu as suas instalações para o efeito.

- Em setembro de 2017, realizaram-se diversas atividades extracurriculares, que mantiveram os Cadetes-alunos do 1.º ano ocupados, promovendo-se o desenvolvimento de espírito de corpo e sacrifício, num exercício que testou as dinâmicas de grupo e as capacidades individuais, em diversas dimensões e face a um cenário hostil e de escassez de recursos;

- Os exercícios implicaram o raciocínio e a destreza física, em esforço continuado, num cenário hostil e de recursos limitados, que permitiu (i) avaliar a resiliência, capacidade de organização e de cooperação dos envolvidos, (ii) avaliar a coesão, espírito de corpo, camaradagem e a “cadeia de valor” interna dos envolvidos e (iii) testar a organização de um exercício, a integrar no processo de seleção de candidatos ao MICP.

- O projeto educativo do MICP/CFOP é poliédrico, exigindo, a par da aquisição de competências técnicas e científicas, o desenvolvimento de capacidades de liderança, de cooperação e de resolução de problemas.

Avaliadas as necessidades do Instituto e após uma primeira reformulação da estrutura e organização dos projetos-escola¹², o Comando do CAL propôs à direção, durante o ano letivo 2014-15, a reorganização destes mesmos projetos e, em 2016,

¹² Os projetos escolas têm um novo modelo de organização que contempla um planeamento escrito com (i) definição de objeto, (ii) objetivos, (iii) etapas, (iv) calendarização e (v) projeção de custos.

preparou a implementação de uma Estratégia para os Projetos-Escola 2017-19 que passou por:

- Realizar uma oficina de gestão de projetos destinada aos alunos do 4.º e 3.º ano (Setembro 2017), com a participação de entidades policiais e entidades externas;
- Racionalizar os vetores definidos anteriormente e acrescentar *stakeholders* e novos parceiros à extensa rede já existente, de acordo com a Estratégia para os Projetos Escola 2017-19.

De referir ainda, no âmbito da RS, a organização dos seguintes e eventos desportivos:

- 14.ª Corrida ISCPSI-APAV;
- 12.º Passeio BTT ISCPSI-ACREDITAR;
- 1.º Triatlo ISCPSI-MAKE-A-WISH.

Estes eventos têm um forte impacto e pretendem criar visibilidade e *awareness* para as causas apoiadas e reunir fundos para instituições com a RS.

- Ao Gabinete de **Educação Física** (GEF) compete manter as instalações desportivas e os respetivos equipamentos operacionais, prestar apoio à formação na área da educação física e às demais atividades do CAL.

Durante o ano de 2017, desenvolveu as seguintes atividades:

- Controlo e manutenção das infraestruturas desportivas;
- Apoio aos docentes nas aulas e em período de avaliação;
- Participação no PAIS e operação Armagedão;
- Participação nos exercícios de liderança, realizados no Instituto e em Monsanto;
- Participação no CHALLENGER 2017;
- Participação no InterEMES 2017;
- Participação na integração dos cadetes do 1.º Ano – operação Rubicão;
- Apoio nos diversos torneios desportivos internos desenvolvidos pelos Cadetes-alunos;
- Colaboração com os diversos serviços do Instituto, no que concerne ao apoio para a realização de eventos desenvolvidos neste instituto;
- O GEF tem vindo a disponibilizar o curso/ação de formação em Suporte Básico de Vida.

- Em 2017, o CAL **representou o Instituto** em 53 cerimónias.

As representações contemplaram a presença dos seus Oficiais e de 428 Cadetes-alunos, em cerimónias, conferências e seminários realizados na Escola Naval, Academia Militar, Academia da Força Aérea, Unidade Especial de Polícia, Escola Superior Técnica de Saúde de Lisboa, Cemitério dos Prazeres, Mosteiro dos Jerónimos, Colégio Militar, Sociedade Histórica da Independência de Portugal e em instituições de cariz social.

Os Cadetes-alunos estiveram ainda presentes em 2 das principais feiras vocacionais – Futurália em Lisboa e Qualifica no Porto.

- O CAL, sendo, por decisão superior, responsável pela **instrução** do quadro orgânico do Instituto, organizou, em 2017, a formação de tiro (sessões teóricas e práticas), destinada ao efetivo do Instituto.

Aproveitando o PAIL, procedeu-se ainda à formação de Cadetes-alunos em TIP e tiro.

- A secretaria do CAL desenvolveu, à semelhança dos anos anteriores, um conjunto de **atividades de secretariado e apoio** administrativo aos oficiais do CAL e aos Cadetes-alunos, prestando todo o apoio de cariz administrativo de que os Cadetes-alunos necessitam desde o seu ingresso no Instituto à conclusão do curso.

Entre as atividades realizadas, enunciam-se as que vão desde a receção e organização dos processos individuais dos Cadetes-alunos (trata de toda a documentação relativa aos Cadetes-alunos ao longo da frequência do curso), à distribuição dos Cadetes-alunos pelas turmas e pelos quartos, passando pelo apoio e comunicação de expediente com outras Academias, bem como prestar informação ao Instituto Camões sobre os Cadetes-alunos bolseiros.

2.4. Direção dos Serviços de Administração [DSA]

Em 2017, e de acordo com as principais linhas de orientação estratégica traçadas para a Direção dos Serviços de Administração (DSA) e, em concreto, para as áreas de (i) recursos humanos e de (ii) logística e finanças (logística, finanças e sistemas de informação e comunicação), desenvolveram-se várias atividades nestes diferentes domínios de atuação que se passam a descrever nos seguintes subcapítulos.

2.4.1. Área de Recursos Humanos [ARH]

A área de gestão de recursos humanos, fundamental em qualquer organização, realizou, em 2017, e à semelhança dos anos anteriores, um conjunto de atividades de cariz

administrativo, algumas delas decorrentes dos procedimentos previstos no Manual de Procedimentos (MP), e outras atividades de gestão, tais como:

- Relativamente ao processo de ingresso de Cadetes-alunos no 1º ano do CFOP, foram feitos os respetivos termos de aceitação, emissão dos BI's policiais, SAD/PSP, a inscrição na Segurança Social, bem como nos Serviços Sociais da PSP (SSPSP) e Cofre de Providencia da PSP;
- Levantamento de necessidades de formação de pessoal não docente;
- Realização, em conjunto com o CAL/GEF, de duas ações formativas, em Suporte Básico de Viva, para pessoal não docente e docente.
- Elaboração do processo conducente ao pagamento de honorários de docentes do 4º CDEP.

2.4.2. Área de Logística e Finanças [ALF]

Em 2017, e de acordo com as principais linhas de orientação estratégica traçadas para a área de logística e finanças, há a referir e a aferir o seguinte:

- **Núcleo de Logística [NG]**

As atividades de apoio e suporte logístico são indispensáveis à realização das atividades ditas primárias que, no caso do Instituto, são as atividades de ensino, investigação e internacionalização. As atividades de apoio e suporte como são a manutenção, requalificação, transporte, armazenamento, entre outras, visam assegurar o bom funcionamento das restantes.

Relativamente às instalações, antigas e desgastadas pelo tempo, que exigem, na vertente logística, uma especial e constante atenção de gestão, manutenção e requalificação, para que todas as atividades e procedimentos possam fluir de forma eficaz, constata-se o seguinte:

Em 2017, deu-se continuidade à requalificação de alguns espaços, tais como:

- Marcações da garagem e parada;
- Arranjo dos polibans nas casas de banho dos vestiários dos oficiais e chefes;
- Pintura de 4 quartos de alunos da ala velha;
- Colocação de azulejos na casa de banho dos professores;
- Pintura do gabinete do plantão;
- Remodelação dos WC's na ala da Direção;
- Reparação do teto e pintura do gabinete do CEPOL;

- Reparação do teto e pintura da messe dos alunos e copa;
- Reparação do teto e pintura messe geral;
- Pintura de 3 quartos destinados a visitas;
- Pintura de toda a área do posto clinico.

Realizaram-se ainda obras de remodelação de toda a carreira de tiro e de 4 quartos de alunos, na ala velha, sendo estas obras efetuadas por uma empresa contratada pelo Departamento de Logística da DNPSP.

Além das atividades elencadas, prestou-se todo o apoio logístico diário necessário a prossecução das atividades de ensino desenvolvidas pelo Instituto, quer ao nível do CMICP, como do CMCP e do CDEP, bem como no apoio a outras ações de formação, à realização de Seminários, Conferências, as quais sustentam a razão de existência deste estabelecimento de Ensino Superior de natureza policial.

- **Núcleo de Gestão Financeira [NGF]**

O ano de 2017, demonstrou ser um ano de consolidação das contas públicas, condicionante indubitável que, certamente, motivou, em sede do Orçamento de Estado (OE), a atribuição de uma dotação orçamental igual à que havia sido concedida em período homólogo.

Sendo o Instituto, uma instituição pública, de referência nacional e internacional, redobram-se os mecanismos de gestão e controlo ao nível da despesa, atendendo, também, à elevada percentagem das cativações instituídas, que reduziu substancialmente a margem de manobra, mantendo-se o compromisso de alcançar os objetivos e as metas definidas, de acordo com o PE ISCPSI 2017-2020.

Na vertente da gestão financeira e orçamental, referir a excelente colaboração por parte do Departamento de Gestão Financeira (DGF) da DN PSP, na prossecução dos procedimentos conducentes a um desempenho constante e proativo.

No que respeita aos principais indicadores, destaque para o nível da execução orçamental alcançado em 2017, onde se registou uma percentagem de 97% da realização do orçamento da despesa, traduzindo um nível de pagamentos de 6.477.473€.

O ano foi marcado pela implementação da Folha de Cofre ao nível da Tesouraria, constituindo mais uma ferramenta do Sistema Integrado de Receita (SIREC), nomeadamente, no registo, conferência e controlo, comumente com as normas contabilísticas, representando mais um vetor qualitativo, em articulação com o DGF/DNPSP.

Situação similar ocorreu com a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, sob a orientação do DGF/DNPSP, processo esse que será continuado e consolidado no decurso de 2018.

No que concerne aos objetivos operacionais arquitetados para o ano em análise, destaque para o esforço transversal para o integral cumprimento das metas delineadas, como sejam:

- A conceção e implementação do sistema de gestão de *stocks* de economato, que integra uma nova ferramenta interna que possibilita um assertivo controlo em tempo real dos seus inventários, otimizando a transparência, rigor e simplificação de processo, melhorando a eficiência;
- A auditoria à faturação – mensalmente - apresentada pela empresa prestadora dos serviços de limpeza “Iberlim - Limpezas Técnicas”, o que permitiu elencar os desvios apresentados ao nível das horas efetivamente prestadas e as que eram apresentadas para faturação. Tratando-se de um contrato centralizado, este processo foi desenvolvido em modo transversal entre o Instituto e o Departamento de Logística da DNPSP, o que permitiu estabelecer um plano de pagamentos que eram efetivamente devidos;
- No que respeita ao processamento e acompanhamento trimestral da execução orçamental das diferentes rubricas económicas, foi garantida a plena gestão das dotações disponíveis, dentro das margens existentes, respondendo às necessidades de liquidez, ao nível das aquisições de bens e serviços que, face aos diversos *stakeholders*, constituiu um precioso auxiliar para a tomada de decisão.

- **Núcleo de Sistemas de Informação e Comunicação [NSIC]**

As atividades desenvolvidas, em 2017, ao nível dos Sistemas de Informação e Comunicações (SIC), centraram-se na (i) manutenção e operacionalidade da rede e estrutura informática e na (ii) expansão e implementação de novas funcionalidades nessa mesma rede informática e aplicacional, procurando-se, com os recursos e meios disponíveis, responder e satisfazer as necessidades dos diferentes serviços.

Em 2017, e face à falta de recursos humanos tecnicamente habilitados para o bom desempenho desta área, a prioridade, foi, efetivamente, assegurar, em termos de manutenção, o funcionamento das valências já implementadas nos anos anteriores. Ainda assim, promoveu-se:

- Em colaboração com o serviço de Tecnologia de Informação e Segurança do Ministério da Administração Interna (MAI), deu-se continuidade à reestruturação do *site* do

Instituto – contudo, e dada a sua especificidade, este processo de melhoria e reestruturação do *site* transita para 2018;

- Implementaram-se melhorias tendentes a otimizar a Rede *Wireless* nas instalações do Instituto – no entanto, a própria estrutura do edifício, com paredes muito largas, constitui um problema, pois dificulta o normal funcionamento desta Rede, afigurando-se adequado repensar uma nova solução, principalmente para os alunos;
- Aprimorou-se a instalação e configuração de um servidor, em *software open source*, para controlo de segurança do tráfego e acessos à rede académica. Constatou-se que oferece alguma segurança, mas não se afigura como uma via limpa e segura. Este servidor necessita de um *software* credível e de um técnico com bons conhecimentos sobre Redes e Segurança Informática;
- Realizaram-se constantes atualizações aos PC's dos colaboradores - o parque tecnológico do Instituto encontra-se obsoleto e desajustado às atuais necessidades. Urge uma remodelação dos equipamentos informáticos.

Apesar do esforço desenvolvido, não foi possível cumprir o objetivo previsto no PA ISCPSP 2017, relativo a “Reduzir a pegada ecológica - reduzir os custos com os recursos energéticos”, ou seja, não se atingiu a meta traçada para o indicador 62 “Nº de ações de sensibilização para reduzir a pegada ecológica”.

2.5. Gabinete do Diretor [GD]

O Gabinete do Diretor (GD), no âmbito das suas competências, durante o ano de 2017, executou diversas atividades de coadjuvação, assessoria e secretariado de apoio ao Diretor do Instituto, bem como desenvolveu um conjunto de atividades que permitiram assegurar as funções de relações públicas, de protocolo e de tradução.

No domínio das relações públicas e protocolo planeou, providenciou e executou todas as diligências e tarefas necessárias ao (i) cordial relacionamento inter e intrainstitucional e à (ii) supervisão inerente à realização de diversas cerimónias alusivas ao Instituto, com a dignidade que tais eventos exigem, tais como:

- Compromisso de Honra dos Aspirantes do 28º CFOP;
- Comemoração do Aniversário da PSP;
- Patrono da PSP;
- Comemoração do Aniversário do Instituto;
- Cerimónia de Imposição de Platinas;
- Abertura Solene do Ano Letivo.

Referir ainda as atividades de tradução desenvolvidas ao longo do ano, designadamente:

- Tradução e revisão de Manuais no âmbito do Policiamento orientado para a Resolução de Problemas (*Problem-Oriented Guides for Police*) para posterior publicação e divulgação junto da DN, EPP, Instituto e Comandos de Polícia;
- Retroversão de toda a documentação necessária à avaliação dos ciclos de estudos do Instituto a acreditar pela A3ES;
- Retroversão do Relatório de Autoavaliação Institucional a submeter à A3ES;
- Retroversão dos Planos dos Estudos das unidades curriculares dos ciclos de estudos em funcionamento no Instituto;
- Retroversão do Relatório de Atividades do ICPOL 2013-2017;
- Retroversão do *Abstract* da revista científica Politeia;
- Tradução e retroversão de documentos e artigos do ICPOL;
- Tradução e retroversão de apresentações (algumas pedidas pela DN PSP) sobre a PSP e o Instituto e de currículos dos oficiais visitantes e visitados;
- Elaboração de um glossário projeto (Inglês-Português; Português-Inglês) com terminologia na área da segurança interna, policial e jurídica;
- Retroversão do *Abstract* das teses de MICP;
- Expediente Interno (Tradução e retroversão de correspondência, protocolos, convites, etc.);
- Retroversão de certificados e diplomas de curso;
- Retroversão de alguns excertos de obras da autoria de alguns oficiais de polícia e já publicadas;

É ainda de salientar a supervisão de estagiários do Mestrado em tradução, no âmbito do protocolo entre o Instituto e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, participando no final do estágio como membro do júri das teses de Mestrado, na qualidade de arguente.

2.6. Núcleo de Deontologia e Disciplina [NDD]

A dimensão deontológica e ética e a disciplina inerente ao exercício de funções neste Instituto são, entre outros fatores, como a qualidade do desempenho, essenciais à boa organização e funcionamento do Instituto.

Em 2017, e no domínio deontológico e disciplinar, o NDD registou as seguintes situações (Tabela 12).

Tabela 12 | Processos de sanidade, disciplinar e administrativos - 2017

Processos	Abertos	Concluídos	Pendentes
Sanidade	56	40	62
Disciplinar	4	2	4
Disciplinar Escolar	3	2	1
Administrativo	0	0	0
Averiguações	0	0	0
Recompensas	18	18	0

Fonte: Núcleo de Deontologia e Disciplina.

2.7. Núcleo de Relações Exteriores [NRE]

O NRE, além das atividades descritos em subcapítulo próprio relativo à internacionalização e cooperação internacional, desenvolveu, em 2017, um conjunto de atividades de apoio e suporte ao processo de internacionalização do Instituto, em diferentes domínios, e que vão desde a preparação e receção de representações e entidades congêneres que visitam o Instituto até ao assegurar o bom acolhimento dos formandos que frequentam os cursos aqui ministrados no âmbito da CEPOL. Desenvolveu ainda várias atividades que se materializaram em reuniões internacionais, estágios, visitas de estudo e outros eventos inerentes à internacionalização do Instituto.

As relações com o exterior, quer a nível nacional, como internacional, muito dependem das atividades de suporte e desempenho assegurado pelo NRE.

2.8. Núcleo de Avaliação e Qualidade [NAQ]

O NAQ tem vindo, de forma gradual, a desenvolver e a implementar um conjunto de ferramentas e mecanismos que permitirão, a curto e médio prazo, dotar o Instituto, de forma abrangente e eficaz, de procedimentos e instrumentos de gestão que contribuirão para a garantia a qualidade do desempenho do Instituto e, conseqüentemente, do seu ensino e da investigação científica produzida.

Pretende-se, em última instância, desenvolver, consolidar e certificar, em 2020, o Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ). Nesse sentido, em 2017, deu-se continuidade às atividades e iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas desde 2016 e que vão ao encontro das exigências e dos requisitos previstos nos referenciais e critérios da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) para os SIGQ nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Tem-se vindo a adotar processos e procedimentos que contribuem para a promoção e a garantia da qualidade do desempenho do Instituto e dos seus ciclos de estudo, bem como para o desenvolvimento de uma cultura de garantia da qualidade.

O projeto da qualidade, em curso no Instituto, procura dar resposta aos referenciais da A3ES para os SIGQ das IES e ao SGQ da PSP.

Em 2017, para além das atividades solicitadas pela Direção, de entre os projetos iniciados ou desenvolvidos e as atividades realizadas, referem-se os seguintes:

- **Implementação do SGQ-ISCPSI**

O Instituto - em conformidade com a (i) estratégia da Qualidade delineada pela DNPSI para toda a sua estrutura/dispositivo territorial, “Qualidade nos Serviços da PSP” e na sequência dos subsequentes despachos ou NEP’s, e, as (ii) exigências da A3ES relativamente à garantia da qualidade do Ensino ministrado no Instituto, quer ao nível dos Ciclos de Estudo, quer do SIGQ, além da avaliação institucional – com as ferramentas e os recursos humanos disponíveis, tem vindo a desenvolver, em simultâneo, dois processos de autoavaliação paralelos:

- Um, por referência ao projeto da qualidade para a PSP (SGQ-PSP), que assenta, numa 1.ª fase, na aplicação da metodologia CAF e elaboração do Manual de Procedimentos do Instituto (elaborado em 2017 e a rever em 2019);
- Outro, tendo por base os referenciais e os critérios da A3ES para os SIGQ das IES.

Para efeitos de autoavaliação constituíram-se duas Equipas de Autoavaliação (EA) - EA SIGQ e EA CAF – tendo a EA SIGQ concluído o processo de autoavaliação e elaborado o respetivo Relatório (Relatório preliminar em apreciação pela Direção) e a EA CAF encontra-se a ultimar a elaboração do Relatório de autoavaliação CAF, tendo também concluído o processo de autoavaliação, sendo certo que, ambas as EA terão que elaborar e implementar um Plano de Melhorias (PM) de forma a concluir o ciclo deste processo.

A elaboração do MP teve, numa 1.ª fase (iniciada em 2016), a colaboração dos serviços que identificaram e mapearam os procedimentos dos respetivos serviços e, numa 2.ª fase, o NAQ procedeu à análise, revisão e redesenho dos procedimentos identificados, compilando-os no MP do Instituto.

No domínio da CAF, já se tinham adaptado e aplicado, em 2016, os três tipos de questionário de avaliação da satisfação - aos clientes/estudantes, colaboradores e parceiros institucionais - e elaborado os respetivos relatórios.

- **Instrumentos de gestão**
 - Conclusão da elaboração do PE ISCPSI 2017-2020;
 - Elaboração do Relatório de Atividades do Instituto - 2016;
 - Monitorização semestral dos objetivos e indicadores operacionais do Instituto relativos a 2017;
 - Elaboração do Plano de Atividades do Instituto - 2018.
- **Desenvolvimento do SIGQ - Instrumentos de monitorização e avaliação pedagógica**

No âmbito do processo de implementação e desenvolvimento do SIGQ, e no qual se inclui o processo de autoavaliação do próprio SIGQ, continuaram-se a (i) aplicar os inquéritos de avaliação pedagógica, entretanto estabilizados, após melhorias introduzidas nos anos anteriores, de forma a ser possível estabelecer comparações, ano após ano, quanto ao desempenho pedagógico dos cursos, bem como a (ii) elaborar os respetivos Relatórios.

- Promoção da avaliação quantitativa e qualitativa do CMICP, do CMCP e do 4.º CDEP, tendo por referência um conjunto de parâmetros e indicadores e recorrendo aos seguintes instrumentos de avaliação:
 - Aplicação de inquéritos por questionário aos Cadetes-alunos, Aspirantes e Docentes do CMICP;
 - Aplicação de inquéritos por questionário aos Mestrandos e Docentes do CMCP;
 - Aplicação de inquéritos por questionário aos Intendentes do 4º CDEP (Turmas A e B).
 - Elaboração dos relatórios de avaliação pedagógica decorrentes da perceção dos docentes do CMICP e do CMCP;
 - Elaboração do relatório de avaliação da Plataforma *e-learning* do Instituto - Perceção dos Docentes.
- **Grupo de trabalho para a qualidade no ensino superior (GT2)**

O GT2 é um dos dois grupos de trabalho da Comissão Setorial para a Educação e Formação (CS/11) do Sistema Português da Qualidade.

Enquanto membro do GT2, o Instituto, representado pelo NAQ, participou nas reuniões mensais organizadas por este grupo de trabalho, bem como no Encontro Anual realizado em Aveiro subordinado à temática da avaliação no ensino superior.

- **Avaliações da A3ES**

O NAQ participou no Grupo de Trabalho de Avaliação Institucional (GTAI), responsável por elaborar o Relatório de Autoavaliação Institucional do Instituto, bem como nas duas avaliações realizadas ao Instituto pela A3ES - Avaliação dos Ciclos de Estudos e Avaliação Institucional – reunindo com a Comissão da Avaliação Externa (CAE).

3. Resultados dos objetivos e indicadores operacionais delineados para o Instituto - 2017

Os objetivos e os indicadores operacionais do Instituto delineados para 2017 decorrem dos objetivos estratégicos (identificados na figura 4) e estão em consonância com as opções estratégicas do Instituto para o quadriénio 2017-2020 que consagram seis eixos fundamentais: (i) promover a qualidade no ensino, (ii) consolidar a investigação científica, (iii) reforçar a internacionalização, (iv) desenvolver a gestão da qualidade, (v) otimizar a gestão de recursos e os processos produtivos e (vi) fortalecer o compromisso de responsabilidade social (Figuras 3 e 4 e Tabelas 1 e 13).

Os objetivos, indicadores e metas traçadas no PA ISCPSI 2017 e monitorizados ao longo do ano, encontram-se descritos na tabela 13, sendo os resultados alcançados medidos através das (i) taxas de execução dos indicadores (Tabela 13) e do (ii) grau de cumprimento dos objetivos (Tabela 13 e Gráfico 5).

Num universo de 51 objetivos e 64 indicadores, foram superados 9 indicadores, cumpridos 36 e não cumpridos 19, ou seja, as metas traçadas para **14,1% (9, em 64) dos indicadores foram superadas**, para **56,3% (36, em 64) dos indicadores foram alcançadas** e para **29,7% (19, em 64) dos indicadores não foram alcançadas**.

Tendo por base a taxa de execução dos indicadores e a respetiva concretização no grau de cumprimento dos objetivos, observa-se que foram **superados 11,8% (6, em 51) dos objetivos, atingidos 58,8% (30, em 51) e não atingidos e 29,4% (15, em 51) dos objetivos**.

Assim, constata-se que a **taxa de execução** (objetivos executados/planeados) * 100) do **PA ISCPSI 2017** foi de **70,6%**, isto é, dos 51 objetivos operacionais previstos, 36 foram superados ou atingidos e 15 não foram cumpridos/executados.

Tabela 13 | Alinhamento dos objetivos, indicadores e metas com os eixos estratégicos do ISCP SI e taxas de execução – 2017

Objetivos operacionais		Articulação com os Eixos Estratégicos 2017-2020						Indicadores Operacionais				Taxas de execução			
N.º	Descrição	EE 1	EE 2	EE 3	EE 4	EE 5	EE 6	N.º	Descrição	Metas previstas	Resultados alcançados	Indicadores	Objetivos	Coord.	Exec.
1	Promover a acreditação do CMICP							1	Acreditação do CMICP pela A3ES	31-12-2017	31-12-2017 1)	0,0%	0,0%	Direção	DE
2	Promover a acreditação do CMCP (NI)							2	Acreditação do CMCP (NI) pela A3ES	31-12-2017	31-12-2017 1)	0,0%	0,0%	Direção	DE
3	Ministrar o CMCP (NI), nas especializações de (i) Gestão da Segurança, (ii) Segurança Interna e (iii) Criminologia e Investigação Criminal							3	Nº de CMCP (NI)	3	3	100,0	100,0	Direção	DE
4	Ministrar cursos avançados de (i) Contra terrorismo, (ii) Gestão Civil de Crises e (iii) Armas e Munições							4	Nº de cursos avançados de Contra terrorismo	1	1	100,0	33,3	Direção	DE
								5	Nº de cursos avançados de Gestão Civil de Crises	1	0 - 2)	0,0		Direção	DE
								6	Nº de cursos avançados de Armas e Munições	1	0 - 2)	0,0		Direção	DE
5	Ministrar o CMICP (formação inicial)							7	Nº de CMICP/CFOP - ano letivo 2017/2018	1	1	100,0	100,0	Direção	DE
6	Ministrar cursos de promoção (CDEP; CCDP...)							8	Nº de cursos de promoção (4º CDEP)	1	1	100,0	100,0	Direção	DE
7	Ministrar cursos de especialização ou de aperfeiçoamento - Comando e Liderança							9	Nº de cursos de Comando e Liderança	2	0 - 3)	0,0	0,0	Direção	DE
8	Promover a requalificação da infraestrutura do LTP							10	Iniciação da intervenção/obras de requalificação	31-12-2017	31-12-2017	100,0	100,0	Direção	NL (DN)
9	Adquirir e instalar novos equipamentos informáticos (salas de aula e sala de docentes)							11	Nº de equipamentos informáticos instalados	6	1 - 4)	16,7	16,7	Direção	NL (DN)
10	Potenciar a utilização da plataforma e-learning							12	Nº de relatórios de diagnóstico produzidos para aferir a qualidade da plataforma e-learning	1	1	100,0	107,4	Direção	NAQ
								13	Nº de docentes utilizadores/Nº de docentes do Instituto*100	90%	100%	111,1		Direção	DE

						14	Nº de estudantes utilizadores/Nº de estudantes do Instituto*100	90%	100%	111,1		Direção	DE
11	Monitorizar os Cursos, recorrendo a parâmetros de avaliação pedagógica que permitam medir e garantir a qualidade do ensino superior policial					15	Nº de inquéritos de avaliação pedagógica aplicados aos estudantes do CMICP e do CMCP para a ferir os parâmetros de qualidade do ensino ministrado	15	15	100,0	115,1	Direção	NAQ
						16	Nº de inquéritos de avaliação pedagógica aplicados aos oficiais do CCDP e CDEP para a ferir os parâmetros de qualidade do ensino ministrado	1	2	200,0		Direção	NAQ
						17	Nº de inquéritos a aplicar ao corpo docente do ISCP SI para aferir os índices de qualidade do ensino	2	2	100,0		Direção	NAQ
						18	Nº de Relatórios de avaliação pedagógica a elaborar (5 do NAQ e 2 da DE) - [CMICP e CMCP]	7	4 - 5)	57,1		Direção	NAQ DE
						19	Nível médio de satisfação dos estudantes com o curso [CMICP e CMCP]	5	Não apurado - 6)	0,00		Direção	NAQ DE
						20	Nº de reuniões do Conselho Científico e Conselho Pedagógico [CMICP e CMCP]	3	7	233,3		Direção	DE
12	Implementar ações de melhoria decorrentes do processo de avaliação pedagógica					21	Nº de ações de melhoria a implementar/Nº de ações de melhoria identificadas como prioritárias no relatório de cada curso*100	5%	5%	100,0	100,0	Direção	DE
13	Rever o conteúdo da oferta formativa					22	Nº de revisões da oferta formativa (pertinência, ou não, de alteração dos conteúdos dos Cursos e respetivos planos de estudo)	1, por UC	1, por UC	100,0	100,0	Direção	DE
14	Apresentar o projeto legislativo relativo ao Ensino Superior Policial					23	Apresentação do projeto legislativo	31-12-2017	31-12-2017	100,0	100,0	Direção	Direção
15	Aumentar a dotação orçamental destinada à aquisição de livros e publicações científicas					24	% de aumento da dotação orçamental (destinada à aquisição de livros e publicações científicas) face a 2016	5%	-20% 7)	-400,0	-400,0	Direção	Direção ICPOL
16	Aumentar o nº de investigadores integrados afetos ao ICPOL, com 30% do seu tempo dedicado à atividade de investigação					25	Nº de investigadores integrados afetos ao ICPOL, com 30% do seu tempo dedicado à atividade de investigação	10	10	100,0	100,0	Direção	ICPOL
17	Aumentar o nº de propostas de projetos de investigação					26	Nº de propostas de projetos de investigação	3	3	100,0	100,0	Direção	ICPOL
18	Aumentar o nº de submissões de artigos					27	Nº de submissões de artigos em revistas	15	15	100,0	100,0	Direção	ICPOL

	em revistas científicas														
19	Promover a investigação com entidades externas nacionais e internacionais						28	Nº de parcerias externas estabelecidas com outros Centros de Investigação, fomentando a participação em projetos conjuntos e o intercâmbio de investigadores	1	1	100,0	100,0	Direção	ICPOL	
20	Aumentar a produção e divulgação científica, fomentando o conhecimento em matéria de ciências policiais e segurança interna a nível nacional e internacional						29	Nº de propostas de financiamento de projetos de investigação	1	1	100,0	50,0	Direção	ICPOL	
							30	Nº de publicações/obras científicas promovidas e publicadas (Politeia)	1	0	0,0		Direção	ICPOL	
21	Promover Estágios de Comando e Direção para Oficiais da CPLP						31	Nº de Estágios de Comando e Direção para Oficiais da CPLP a organizar	1	0 - 8)	0,0	0,0	Direção	NRE	
22	Assegurar a coordenação e liderança do consórcio do <i>European Joint Master Programme</i> do CEPOL						32	Nº de anos em que o ISCP SI assume a qualidade de coordenador e líder do consórcio do <i>European Joint Master Programme</i> do CEPOL	1 de 3	1 de 3	100,0	100,0	Direção	DE NRE	
23	Apresentar candidaturas à organização de cursos, seminários e conferências CEPOL						33	Nº candidaturas apresentadas à organização de cursos, seminários e conferências CEPOL	3	3	100,0	100,0	Direção	NRE	
24	Promover cursos conjuntos, através de parcerias nacionais e internacionais						34	Nº de cursos CEPOL	5	4 - 9)	80,0	80,0	Direção	NRE DE	
25	Incrementar as iniciativas de natureza internacional nos contextos da investigação académica e científica, da doutrina e da formação policial						35	Nº de iniciativas de natureza internacional nos contextos da investigação académica e científica, da doutrina e da formação policial	1	1	100,0	100,0	Direção	ICPOL DE	
26	Criar condições para o ingresso de estudantes oriundos das forças policiais da CPLP no CFOP						36	Nº de vagas a disponibilizar para os estudantes oriundos das forças policiais da CPLP a ingressar no CFOP	10	16	160,0	160,0	Direção	DE	
27	Reforçar a participação em redes internacionais						37	Nº de participações em redes internacionais (CEPOL, AEPC, IBERPOL...)	3	3	100,0	100,0	Direção	NRE	
28	Submeter à aprovação o Manual de Procedimentos						38	Manual de Procedimentos submetido à aprovação	31-03-2017	30-06-2017	100,0	100,0	Direção	NAQ	
29	Proceder ao diagnóstico/autoavaliação do SIGQ para aferir o seu grau de desenvolvimento						39	Nº de relatórios de autoavaliação elaborados pelas EA do SGQ/A3ES e da CAF, fundamentados nos referenciais da A3ES e nos critérios da CAF	2	1	50,0	50,0	Direção	NAQ e EA	
30	Monitorizar a execução do plano estratégico 2017 -2020						40	Nº de monitorizações anuais	2	2	100,0	100,0	Direção	NAQ	
31	Realizar diagnósticos de necessidades de formação do pessoal docente e não docente						41	Nº de diagnósticos de necessidades de formação realizados (pessoal docente-DE e não docente-NRH)	2	2	100,0	100,0	Direção	DE NRH	

32	Ministrar formação em gestão académica a diretores de departamento e das áreas científicas					42	Nº de horas de formação em gestão académica dirigida a diretores de departamento e das áreas científicas	6 horas/ano	0 horas/ano 10)	0,00	0,00	Direção	DE
33	Incrementar ações de formação (TIC) para pessoal docente e não docente					43	Nº de ações de formação (TIC) para pessoal docente e não docente	2	2	100,0	100,0	Direção	DE
34	Potenciar a qualidade do desempenho do pessoal não docente, através da formação					44	Nº de ações de formação para pessoal não docente	5	5	100,0	100,0	Direção	DE
35	Realizar reuniões periódicas entre a Direção do Instituto e o efetivo					45	Nº de reuniões entre a Direção do ISCP SI e o efetivo	2	2	100,0	100,0	Direção	Direção
36	Elaborar e difundir <i>Newsletters</i> do ISCP SI					46	Nº de <i>Newsletters</i> do ISCP SI elaboradas e difundidas	4	4	100,0	100,0	Direção	Direção
37	Rever o sítio na internet					47	Revisão do sítio na internet	31-12-2017	31-12-2017	100,0	100,0	Direção	Direção CAL
38	Intensificar a divulgação da oferta formativa					48	Nº de ações de divulgação da oferta formativa (instituições, em eventos - presencial, ...)	4	7	175,0	91,7	Direção	DE
						49	Disponibilizar informação online sobre a oferta formativa (Portfólio)	1	1	100,0		Direção	DE
						50	Nº de cursos com informação (objetivos, estrutura curricular, etc.) disponível na página Web/Nº de cursos ministrados*100	100%	0% - 11)	0,0		Direção	DE
39	Promover a imagem institucional do Instituto					51	Nº de participações em campeonatos universitários e InterEMES, procurando uma maior interação no universo do ensino superior	1	1	100,0	100,0	Direção	CAL
40	Ampliar e requalificar os espaços de docência					52	Nº de espaços de docência requalificados (salas de aula, sala de docentes, sala de informática, auditório)	1	0 - 12)	0,0	0,0	Direção	NL (DN)
41	Ampliar e requalificar os espaços de apoio à docência					53	Nº de espaços de apoio às atividades académicas requalificados (Posto de controlo e segurança,...)	1	0 - 12)	0,0	0,0	Direção	NL (DN)
42	Implementar um sistema integrado de informação de gestão de Stocks					54	Conceção de um sistema integrado de informação de gestão de Stocks	31-12-2017	19-06-2017	200,0	200,0	Direção	NGF
43	Auditar, internamente, os contratos					55	Nº de auditorias financeiras internas	1	1	100,0	100,0	Direção	NGF
44	Aferir o grau de execução orçamental do ISCP SI					56	Nº de auditorias internas relativas à execução orçamental	4	4	100,0	100,0	Direção	NGF
45	Potenciar a inscrição de estudantes nos Cursos lecionados no Instituto					57	% de aumento de estudantes inscritos nos Cursos	5%	6%	120,0	120,0	Direção	DE
46	Desenvolver projetos de RS					58	Nº de projetos - escola a desenvolver	5	5	100,0	100,0	Direção	CAL
47	Envolver os estudantes em iniciativas e					59	Nº de estudantes envolvidos em iniciativas e	100%	100%	100,0	100,0	Direção	CAL

projetos de RS								projetos de RS / N° de estudantes inscritos no CFOP*100						
48	Implementar a rede de gás natural						60	Ligação à rede pública de média pressão	31-12-2017	31-12-2017 13)	0,0	0,0	Direção	NL
49	Requalificar os espaços de docência e de apoio à docência com tecnologia LED						61	N° de espaços de docência e de apoio à docência requalificados com tecnologia LED/N° de espaços de docência e de apoio à docência*100	7,5%	71,4%	952,0	952,0	Direção	NL
50	Reduzir a pegada ecológica - reduzir os custos com os recursos energéticos						62	N° de ações de sensibilização para reduzir a pegada ecológica (mensagens no monitor)	1	0	0,0	0,0	Direção	NSIC NL
51	Promover eventos que fomentem a inclusão e a igualdade						63	N° de eventos promovidos (Feira das Regiões; Noite das Comunidades;...)	2	2	100,0	100,0	Direção	CAL
							64	Sessão Solene destinada à Comemoração do Dia Internacional da Mulher	1	1	100,0		Direção	Direção

Notas:

- 1) Processo de acreditação a decorrer. A visita da CAE ao ISCPSI ocorreu em 18 e 19 de setembro, aguardando-se o envio do Relatório preliminar por parte da A3ES.
- 2) Adiado para 2018 em virtude da realização do 4.º CDEP, dividido em duas turmas, em períodos temporais distintos.
- 3) A promoção deste curso pertence ao DF/DN PSP. Em coordenação com o DF, o curso previsto para 2017 não foi realizado, sendo adiado, devido a razões logísticas e por sobreposição com outros cursos, nomeadamente 4.º CDEP.
- 4) Os equipamentos informáticos previstos não foram instalados na medida em que se encontra dependente da disponibilidade da DN PSP.
- 5) Constrangimentos de recursos humanos e tecnológicos não permitiram elaborar todos os relatórios de avaliação pedagógica previstos.
- 6) No âmbito do processo de monitorizar e avaliação pedagógica dos CE ainda não foi possível apurar o nível médio de satisfação dos estudantes relativo ao ano letivo 2016/2017 – decorre a elaboração dos relatórios de avaliação pedagógica dos cursos do MICP e MCP.
- 7) A dotação orçamental (destinada à aquisição de livros e publicações científicas) prevista para 2017 ficou aquém do espetável devido à diminuição da verba disponibilizada pelos SS PSP.
- 8) O Estágio foi cancelado por não terem sido, atempadamente, nomeados candidatos/participantes suficientes à sua realização.
- 9) Um dos cursos foi cancelado por falta de participantes.
- 10) Como ainda decorre o processo de implementação do software de Gestão Académica o número de horas de formação previstas para diretores de departamento e das áreas científicas serão ministradas em 2018.
- 11) Aguarda-se a implementação da nova página da Web do ISCPSI para se disponibilizar informação atualizada.
- 12) A amplificação e requalificação dos espaços de docência e de apoio à docência não foi efetuada por fatores externos ao Instituto e que dependem da DN PSP.
- 13) Apesar de adotados os procedimentos tendentes à implementação da rede de gás natural no ISCPSI, incluindo a ligação à rede pública de média pressão, esta ligação ainda não se concretizou, sendo certo que o Instituto já procedeu ao pagamento devido.

Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade do ISCPSI.

A não concretização de 29,4% (15, em 51) dos objetivos deve-se a fatores, internos e/ou externos ao Instituto, de diversa natureza e amplitude.

Constrangimentos de recursos humanos, tecnológicos e informáticos e de natureza logística-financeira constituíram-se como os principais **fatores endógenos** que dificultaram e, em alguns casos, inviabilizaram a prossecução de atividades tendentes à concretização de alguns objetivos.

Os **fatores exógenos** que condicionaram o cumprimento de alguns objetivos, em 2017, ou levaram mesmo ao seu incumprimento, como, por exemplo, “a organização de estágios de comando e direção para oficiais da CPLP”¹³, a “acreditação dos ciclos de estudo em funcionamento”¹⁴ e a “ligação à rede pública de média pressão”, são fatores que decorrem da atividade desenvolvida e/ou de decisões por parte de instituições parceiras do Instituto.

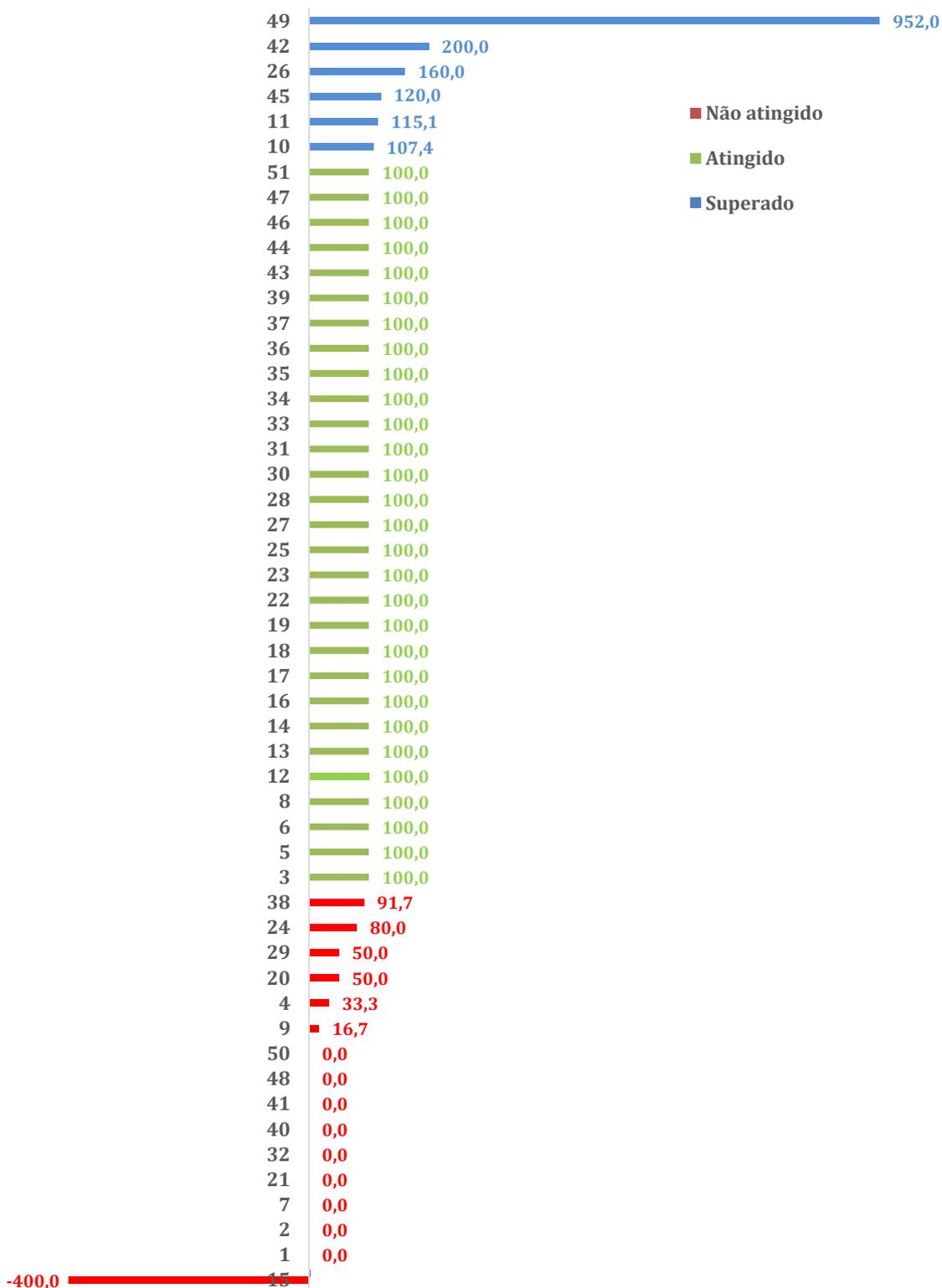
Observa-se que 11,8% (6, em 51) dos objetivos e metas traçadas para 2017 não só foram alcançadas como superadas.

As taxas de execução alcançadas (Tabela 13), bem como os resultados das atividades desenvolvidas ao longo de 2017, previstas e não previstas, refletem e revelam uma intensa dedicação e pro-atividade de todos os colaboradores que laboram neste Instituto. Só assim foi possível minimizar alguns constrangimentos inerentes, por um lado, à gestão de recursos humanos (défice acentuado de recursos humanos, quer em termos quantitativos, quer em termos de qualificações, face à importância e responsabilidade das tarefas a desempenhar neste Instituto) e, por outro, decorrentes das próprias limitações de ordem financeira que existem atualmente em toda a PSP.

¹³ O Estágio foi cancelado por não terem sido, atempadamente, nomeados candidatos/participantes suficientes à sua realização.

¹⁴ O Instituto promoveu a acreditação do CMICP e do CMCP e, em 18 e 19 de setembro de 2017, a CAE/A3ES efetuou a visita ao Instituto, aguardando-se o envio do Relatório preliminar por parte da CAE e posterior decisão da A3ES. Uma eventual não acreditação até pode vir a ser imputada ao Instituto, mas a conclusão do processo não depende do Instituto.

Gráfico 4 | Grau de cumprimento dos objetivos operacionais do ISCP SI - 2017 (%)



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade do ISCP SI.

4. Recursos

4.1. Recursos Humanos

Em 2017, mantiveram-se os constrangimentos de recrutamento de recursos humanos, designadamente para os serviços de apoio ao ensino, à investigação científica e à internacionalização. No entanto, otimizaram-se os mecanismos de maximização da eficácia e eficiência dos serviços e de reconhecimento e motivação dos recursos humanos.

- **Pessoal docente**

Em 2017, o pessoal docente afeto aos dois ciclos de estudo ministrados no Instituto encontrava-se distribuído em conformidade com a tabela 14.

Tabela 14 | Número de docentes, por categoria e ciclos de estudo – 2017-18

Corpo Docente, por Ciclos de Estudo	Categoria				Valores	
	Professor Catedrático	Professor Associado	Professor Auxiliar	Assistente	VA	%
CMICP						
Policial			11	8	19	38,8
Civil	2		21	5	28	57,1
Militar				2	2	4,1
Total Docentes	2	0	32	15	49	100,0
CMCP						
Policial			11	3	14	73,7
Civil		1	4		5	26,3
Militar					0	0,0
Total Docentes	0	1	15	3	19	100,0

Fonte: Direção de Ensino do ISCP SI.

Corpo Docente do ISCP SI para o ano letivo 2017-18.

- **Pessoal não docente**

A composição e distribuição do pessoal não docente - pessoal com funções policiais e não policiais – afeto às atividades desenvolvidas pelos serviços do Instituto, encontra-se descrita na tabela 15.

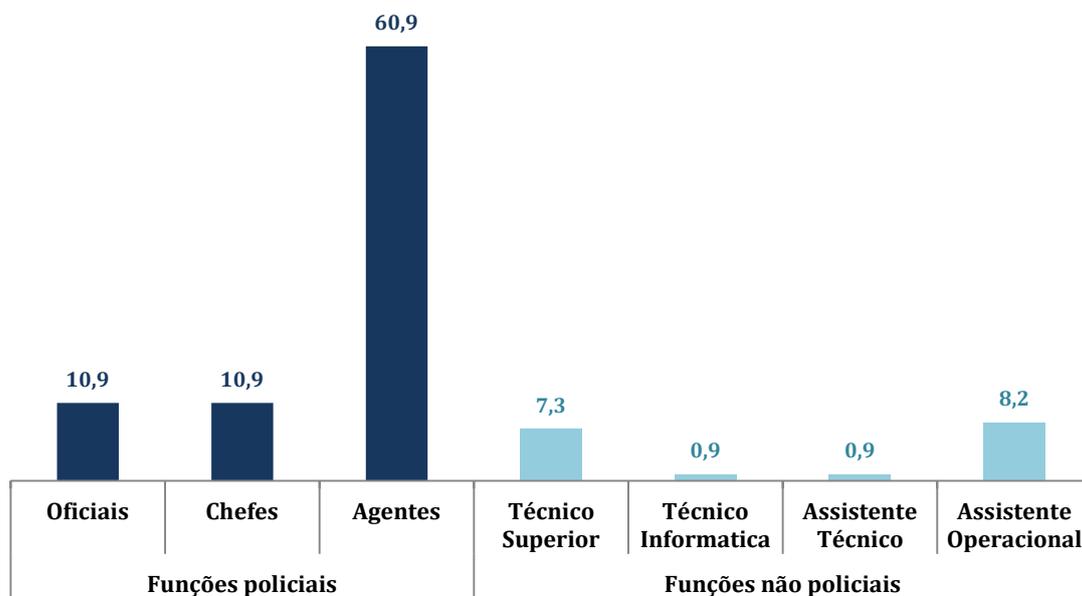
Cerca de 61% (67, em 110) do efetivo do Instituto integra a carreira de Agente; 10,9% a carreira de Oficial; 10,9% a carreira de Chefe; 8,2% a carreira de assistente operacional e 7,3% a carreira técnica superior – as restantes carreiras representam valores percentuais inferiores a 1% (Tabela 15 e Gráfico 5).

Tabela 15 | Número de funcionários não docentes, por categoria e serviço - 2017

Serviço	Direção		DE	CI	CAL	NDD	NRE	NAQ	Direção dos Serviços de Administração				Total	
	GD								NRH	NL	NGF	NSIC		
Superintendente-chefe	1												1	
Superintendente	1												1	
Intendente			1		1								2	
Subintendente			1			1	1		1				4	
Comissário			1		3								4	
Subcomissário													0	
Chefe coordenador													0	
Chefe principal											1		1	
Chefe		1	2	1	2	1			1	1	2		11	
Agente coordenador													0	
Agente principal			6	2	2		1	1		5	39	2	64	
Agente				1	1						1		3	
Subtotal	2	1	11	4	9	2	2	1	1	6	42	4	6	91
Técnico superior		2		1	1			2		1		1		8
Coordenador técnico														0
Assistente técnico										1				1
Assistente operacional											9			9
Especialista informática														0
Técnico informática			1											1
Técnico-adjunto informática														0
Subtotal	0	2	1	1	1	0	0	2	0	2	9	1	0	19
Total	2	3	12	5	10	2	2	3	1	8	51	5	6	110

Fonte: Núcleo de Recursos Humanos do ISCP SI.
Recursos Humanos efetivos a 31 12 2017.

Gráfico 5 | Representatividade das carreiras profissionais no universo dos recursos humanos do ISCP SI - 2017



Fonte: Núcleo de Recursos Humanos.

Observa-se que, entre 2015 e 2017, o **efetivo do Instituto decresceu 15,5%** (de 127, em 2015, para 110, em 2017). Este decréscimo deve-se, essencialmente, à aposentação ou à mobilidade interna de 17 Agentes Principais.

A **idade média do pessoal** policial e não policial afeto ao Instituto, era, em 31 de dezembro de 2017, de **50.9 e 53.8 anos**, respetivamente.

O quadro legal em vigor (estatuto profissional do pessoal policial da PSP), mormente no que respeita ao regime de passagem à pré-aposentação e aposentação, impõe a necessidade de ser prevista, a curto prazo, a abertura de procedimentos (concursos para mobilidade interna) para a colocação de pessoal neste estabelecimento de ensino policial.

Finalmente, registe-se o facto de, durante o ano letivo 2016/2017, a taxa de enquadramento dos alunos apresentar a relação de 1 oficial instrutor para cada 77 Cadetes-alunos do CFOP. Também aqui, e apesar do CAL ter sido, durante o ano letivo 2017/2018, reforçado com mais 1 oficial, importará reforçar a capacidade de exercício da ação de comando.

De igual modo, importa manter e recrutar pessoal técnico qualificado para áreas específicas, como é, por exemplo, a área de avaliação e qualidade.

4.2. Recursos Financeiros

As fontes de receita do Instituto derivam do OE e da componente receitas próprias. Em 2017, a dotação do OE foi de 6.662.162,00€ e as receitas próprias¹⁵ foram 183.443,06€.

Relativamente ao OE e ao se analisar a evolução ao longo dos últimos cinco anos, verificamos que tem acompanhado o esforço nacional de contenção da despesa. Os últimos cinco exercidos económicos revelam uma acertada gestão no planeamento e execução das dotações orçamentais atribuídas, conforme demonstram os indicadores constantes da tabela 16.

Em 2017, a **execução orçamental** registou uma percentagem de **97%** da realização do orçamento da despesa, traduzindo um nível de pagamentos de 6.477.473,00€.

De registar a descida de 128.049,00€ ocorrida - ao nível da dotação atribuída em sede do OE - em 2017, face ao ano anterior.

¹⁵ Esta fonte de financiamento fica muito limitada pela natureza e missão inerente ao próprio Instituto, na medida em que a principal origem dos recursos financeiros não têm origem nas suas receitas próprias, mas sim, nas receitas gerais que são atribuídas em sede do OE.

Tabela 16 | Execução orçamental - 2013/2017

Ano	2013			2014			2015			2016			2017		
Tipos de despesa	Dotação OE	Despesa	Grau Execução												
Pessoal	6.178.395 €	4.907.497 €	79%	4.745.104 €	5.237.291 €	110%	5.237.191 €	5.378.683 €	103%	5.684.411 €	5.694.557 €	100%	5.471.632 €	5.508.100 €	101%
Bens	1.122.403 €	431.821 €	38%	734.367 €	349.889 €	48%	541.270 €	531.804 €	98%	597.300 €	431.010 €	72%	655.530 €	470.400 €	72%
Serviços	704.549 €	303.176 €	43%	574.228 €	297.815 €	52%	344.540 €	302.365 €	88%	508.500 €	320.946 €	63%	535.000 €	497.973 €	93%
Outras Correntes	7.150 €	4000	56%		1.396€			1020							
Bens Capital					17.062 €										
Total	8.012.497 €	5.646.494 €	70%	6.053.699 €	5.903.453 €	98%	6.123.001 €	6.213.872 €	102%	6.790.211 €	6.446.513 €	95%	6.662.162 €	6.477.473 €	97%

Fonte: Área de Logística e Finanças - NGF.

Globalmente, os resultados obtidos demonstram a solidez da consolidação orçamental, decorrente de uma despesa inferior em 184.689,00€, face à dotação atribuída, situação que se tem verificado ao longo dos últimos anos, com exceção do ano 2015.

Porém, neste exercício, manteve-se o registo crescente da despesa global. Para esta linha de tendência, em muito contribuíram as sucessivas medidas governativas ao nível do desagravamento salarial que têm ocorrido no setor público.

Na ótica da despesa, não podemos deixar de destacar que, em 2017, 85,03% do orçamento, na sua componente da despesa, é afeto à remuneração do pessoal docente, não docente e estudantes, sendo a única componente que ultrapassou a dotação inicialmente atribuída em sede de OE (grau de execução 101%).

Já ao nível da receita, há que ponderar que a principal fonte dos recursos financeiros não têm origem nas suas receitas próprias, mas sim, nas receitas gerais que são atribuídas em sede do OE. Ainda assim, a receita própria, totalizou, em 2017, 183.443,06€, valor este inferior ao alcançado em 2016 (188.756,97€), constituindo o terceiro melhor resultado desde o ano de 2010. Importa, também, destacar a cobrança da taxa de candidatura ao CFOP que entrou em vigor, pela primeira vez na história da instituição, alcançando uma receita acima dos 24.000€.

5. Avaliação externa

O Instituto, em 2015, iniciou o **processo de avaliação e acreditação dos ciclos de estudos** que tem em funcionamento. Nesse sentido, e na sequência da submissão à A3ES, dos respetivos guiões de autoavaliação, referentes a cada um dos dois ciclos de estudos -

CMICP e CMCP -, em setembro de 2017 teve lugar a visita da CAE, aguardando-se o envio do Relatório preliminar a elaborar pela CAE/A3ES.

Por outro lado, estando o Instituto sujeito ao **processo de avaliação institucional** pela A3ES, e com o objetivo de se preencher o respetivo guião de autoavaliação, foi constituído, por despacho do Diretor do Instituto, de 12-04-2017, o GTAI. Na sequência da submissão do Relatório de Autoavaliação institucional junto da A3ES, em dezembro de 2017 decorreu a visita da CAE, aguardando-se o envio do Relatório preliminar a elaborar pela CAE/A3ES.

Em 2017 foi planeado o processo de **avaliação do ICPOL** junto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com o objetivo de se submeter este processo no início de 2018, o que efetivamente veio a suceder a 30.01.2018.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2017, e à semelhança dos anos anteriores, o Instituto pautou a sua atividade de ensino, bem como de investigação científica, por referência a padrões de qualidade de ensino superior policial que ministra, numa permanente busca de melhoria contínua dos seus serviços que, direta ou indiretamente, contribuem para a qualidade do desempenho do Instituto e, por consequência, para a qualidade do próprio ensino.

As (i) atividades de ensino, investigação científica e internacionalização e as (ii) atividades de apoio e suporte ao ensino, à investigação científica e à internacionalização, previstas e não previstas, foram, senão todas, pelo menos as mais prementes, desenvolvidas de acordo com um prévio planeamento anual inerente ao ciclo de gestão do Instituto para 2017.

Os **objetivos, os indicadores e as metas** delineadas para 2017 - decorrentes do PA ISCP SI 2017 e do PE ISCP SI 2017-2020 -, apresentam, em termos globais, valores positivos, sendo a **taxa de execução do PA ISCP SI 2017 de 70,6%**, isto é, 36 dos 51 objetivos operacionais foram alcançados ou superados, o que demonstra, apesar dos constrangimentos existentes, o bom desempenho alcançado, sendo certo que se desenvolveram várias atividades que ultrapassaram o âmbito dos objetivos traçados, mas fundamentais para que o Instituto cumpra a sua missão.

No entanto, e apesar do seu bom desempenho, decorrente do profissionalismo e dedicação que todos os seus colaboradores colocaram no exercício das suas funções, constrangimentos e condicionalismos de diversa ordem não permitiram concretizar 29,4% (15, em 51) dos objetivos delineados. Fatores, internos e/ou externos ao Instituto, de diversa natureza e amplitude justificam os incumprimentos registados. Constrangimentos de recursos (humanos (escassos e com défice de qualificação), tecnológicos, informáticos, logístico-financeiros) constituíram-se como os principais fatores endógenos que dificultaram e, em alguns casos, inviabilizaram a prossecução de determinados objetivos. Os fatores exógenos que condicionaram o cumprimento de alguns objetivos, em 2017, ou levaram mesmo ao seu incumprimento, são fatores que decorrem da atividade desenvolvida e/ou de decisões por parte de instituições parceiras do Instituto.

Assim, a administração e gestão de médio-longo prazo, a realizar por este estabelecimento de ensino, deverá ter em atenção estes fatores, mormente os endógenos, dada a natureza e responsabilidade das tarefas desempenhadas neste estabelecimento de ensino superior.

Só a dedicação e o empenho dos colaboradores tem permitido minimizar os condicionalismos mencionados.

O **Instituto**, enquanto estabelecimento de ensino superior universitário, com especificidades próprias, inerentes à sua missão, **tem exigido uma constante reflexão** sobre a sua verdadeira dimensão e papel (o que se pretende) no universo dos estabelecimentos de ensino superior em Portugal, ou mesmo entre os estabelecimentos de ensino superior policial na Europa.

Se por um lado, é relevante a dinamização decorrente da (i) atividade desenvolvida pelo Centro de **Investigação**, “motor” que tem permitido, ao Instituto, organizar e participar em múltiplos eventos, como conferências e seminários, entre outros, contribuindo, deste modo, não só para a produção de conhecimento em áreas específicas do saber, como, por inerência, para o aumento do prestígio deste Instituto, junto de outras entidades similares e de especialistas e investigadores científicos, por outro lado, e não menos importante, para a construção de ambientes de **ensino-aprendizagem** produtivos, e, para a consolidação dos valores institucionais, foram, indubitavelmente, relevantes as atividades desenvolvidas pela Direção de Ensino e pelo Corpo de Alunos, e que se encontram espelhadas, de forma transversal, em alguns dos indicadores dos diferentes objetivos previstos.

Não menos relevante é também a atividade que tem vindo a ser realizada ao nível das Relações Exteriores e de Cooperação Internacional, que têm potenciado o processo de **internacionalização** do Instituto.

Efetivamente, o ensino a investigação científica e a internacionalização constituem os referenciais norteadores da atividade desenvolvida por este Instituto.

Numa outra perspetiva, importa desenvolver esforços, conducentes ao desenvolvimento sinérgico, que garantam a continuidade de uma política de **abertura à sociedade** e ao mercado, devendo manter-se a promoção de ações de formação específicas, direcionadas a nichos de mercado externo, não apenas, porque aponta à possibilidade de aumento de receitas, mas sobretudo, porque representa a dinamização do papel esperado deste Instituto, neste caso, junto de setores de mercado formativo, contribuindo, por sua vez, para o reconhecimento deste estabelecimento de ensino, como centro privilegiado de produção de uma dada área de conhecimento. A (i) realização dessas ações e o prestígio que decorre das mesmas, a (ii) análise ao mercado, para deteção de novas oportunidades de formação, em áreas especializadas, a (iii) possibilidade de conjugar estas ações com os instrumentos de formação *e-learning*, já disponíveis neste Instituto, permitir-nos-ão, a

médio-prazo, perspetivar novas dinâmicas e, conseqüentemente, o aumento de receitas próprias.

A própria otimização e crescente utilização da plataforma *E-learning*, a par da Biblioteca, assumem-se como instrumentos fundamentais de difusão e partilha do conhecimento, constituindo, a plataforma *E-learning*, um elo e motor de desenvolvimento institucional na nova sociedade do conhecimento.

Por outro lado, a (i) implementação de metodologias de autoavaliação e a (ii) conceção e adoção de **processos, procedimentos, mecanismos e instrumentos que promovam e garantam a qualidade, integrados num SIGQ**, constituem, em si mesmo, quando devidamente desenvolvidos e consolidados, **garantia de qualidade do desempenho do Instituto e dos seus ciclos de estudo**, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de garantia da qualidade que, de forma gradual, é interiorizada e orientadora do desempenho dos colaboradores, internos e externos, deste Instituto. **A implementação e consolidação de um SGQ-ISCPSI é um objetivo de curto médio prazo**, que decorre da implementação do projeto Q-ISCPSI, em curso, e que demonstra a evolução que, o Instituto, passo a passo, está a dar no sentido de implementar um efetivo SGQ-ISCPSI.

Os condicionalismos referidos, nomeadamente a escassez de recursos humanos e tecnológicos e a contenção orçamental, exigiram uma adequada definição de prioridades de gestão e de otimização dos recursos disponíveis, mas **não constituíram fatores impeditivos de cumprir a essência da missão** deste Instituto.

No entanto, não deixam de constituir sérias ameaças e riscos, que caso não sejam debelados, continuarão a condicionar a atividade deste Instituto, sendo de referir o envelhecimento do efetivo que aqui labora.

O PE ISCPSI 2017-2020, constitui um instrumento de gestão fundamental para o Instituto, para a própria PSP e para a comunidade em geral, pois, traça um **rumo de curto médio prazo** que, por um lado, permite continuar a formar Comandantes e Líderes para a PSP e, por outro, partilhar conhecimento científico com múltiplos atores da sociedade responsáveis pela produção de segurança.

Os eixos estratégicos traçados para o quadriénio em que se enquadra o presente ciclo de gestão são:

- Promover a qualidade no ensino
- Consolidar a investigação científica
- Reforçar a internacionalização
- Desenvolver a gestão da qualidade

- Otimizar a gestão de recursos e os processos produtivos
- Fortalecer o compromisso de Responsabilidade Social

Como desafios e objetivos principais a alcançar, elegem-se:

- Renovar a acreditação dos ciclos de estudo em funcionamento junto da A3ES, por um período de cinco anos
- Consolidar e diversificar a oferta de produtos formativos à comunidade
- Reforçar a componente tecnológica
- Incrementar as práticas laboratoriais operacionais
- Promover a monitorização contínua e a revisão periódica da oferta formativa
- Propor o reajustamento do regime legal do ensino superior policial;
- Reforçar o acervo bibliográfico da Biblioteca
- Consolidar a qualidade do Centro de Investigação - ICPOL
- Intensificar a cooperação técnico-policial na lusofonia
- Reforçar o prestígio na União Europeia
- Incrementar parcerias internacionais
- Redefinir a Política da Qualidade;
- Desenvolver um sistema de gestão da qualidade orientado para a melhoria contínua
- Melhorar a qualificação e a formação do pessoal docente e não docente
- Melhorar o clima social e os mecanismos de avaliação do pessoal docente
- Melhorar a comunicação interna e externa
- Otimizar os processos organizacionais com recurso às tecnologias de informação e comunicação (TIC)
- Ampliar e requalificar as instalações - espaços de docência e de apoio à docência
- Incrementar um modelo de gestão e controlo financeiro (custos/atividades)
- Executar o orçamento de forma eficiente (controlo da despesa e aumento da receita própria)
- Aumentar o número de estudantes inscritos nos Cursos ministrados no Instituto
- Desenvolver e aprofundar os projetos de responsabilidade social
- Promover a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética
- Fomentar a inclusão e a igualdade.

Este é, pois, o caminho a trilhar no presente ano, orientado por um processo gradual (passo a passo) de melhoria contínua.

F I M

ANEXOS

ANEXO I – Relatório de Atividades do ICPOL- Centro de Investigação
|2017

(em volume próprio)



Relatório de Atividades 2017

ICPOL – Centro de Investigação
Instituto Superior de Ciências
Policiais e Segurança Interna



Relatório de Atividades ICPOL 2017

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Ficha técnica

Título | Relatório de Atividades do ICPOL - 2017

Promotor

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Autoria

Direção do ISCP SI

Superintendente-Chefe Pedro Clemente
Superintendente Luís Fiães Fernandes

ICPOL - Centro de Investigação

Subintendente Nuno Poiares
Comissário Rui Marta
Técnica Superior Michele Soares
Corpo de Investigadores

Data | 03 de janeiro de 2018

Sumário

INTRODUÇÃO	82
1.DESCRICÃO GENÉRICA DO ICPOL	83
2.A EQUIPA DE INVESTIGADORES.....	87
2.1. INVESTIGADORES DOUTORADOS INTEGRADOS.....	87
2.2. INVESTIGADORES COLABORADORES.....	87
3. A ATIVIDADE PRODUZIDA NO ICPOL	89
3.1.OBJETIVOS	90
3.2.PUBLICAÇÕES	90
3.3.PROJETOS E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO.....	92
3.4.COOPERAÇÃO	94
4.COMISSÃO EXTERNA PERMANENTE DE ACONSELHAMENTO CIENTÍFICO	95
5.CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	95
6.SÍNTESE.....	98
ANEXO 1 - A ATIVIDADE PRODUZIDA.....	100

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório de atividades do ICPOL – Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, relativo ao ano de 2017.

No primeiro capítulo apresenta-se uma breve descrição do ICPOL, no que concerne à sua visão, missão e descrição genérica da unidade de I&D. No capítulo seguinte aborda-se, com detalhe, a constituição da equipa de investigadores e os indicadores de produção científica. No capítulo terceiro analisa-se a atividade desenvolvida pelo ICPOL no ano em análise. De seguida, realiza-se no capítulo quarto e quinto, respetivamente, uma breve referência à Comissão Externa Permanente de Acompanhamento Científico e ao Centro de Documentação e Informação. Por fim, procede-se à necessária síntese do presente relatório e respetivo anexo com uma apresentação detalhada das tarefas desenvolvidas relativa ao período em apreço.

1. DESCRIÇÃO GENÉRICA DO ICPOL

O ICPOL - Centro de Investigação é, nos termos do n.º 1, do artigo 3º do seu Estatuto, constituído pelo Diretor, Departamentos Científicos de Investigação e Centro de Documentação e Informação.

O ICPOL é uma unidade orgânica de I&D do ISCPSI no âmbito das ciências policiais e segurança interna e tem como principal objetivo promover trabalhos e projetos de investigação e desenvolvimento científico multidisciplinar no âmbito das ciências policiais, ciências jurídicas, ciências sociais e políticas e das ciências do desporto e educação física; gerir o Centro de Documentação e Informação (Biblioteca), promover a realização de colóquios, seminários e congressos na área da segurança interna, bem como a publicação de estudos e trabalhos científicos nesse âmbito (artigos 1.º e 2.º do Estatuto do ICPOL, aprovado por Deliberação do Conselho Científico n.º 1120/2010, publicado no DR, II Série, n.º 121, de 24 de junho de 2010; e artigo 11.º do EISCPSI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro).

A afirmação do ISCPSI como instituição europeia de referência no domínio das ciências policiais também passa, em larga medida, por corporizar um Centro de Investigação que tenha a capacidade de estimular um ambiente de liberdade de pesquisa e inovação, reunir massa crítica adequada à sua missão, promover ambientes de trabalho propícios à criatividade científica e à promoção de talento e desenvolvimento de competências; e reunir recursos humanos e técnicos interdisciplinares e multidisciplinares para dar resposta a problemas complexos, designadamente os relacionados com os desafios que a PSP enfrenta. A missão do ICPOL - unidade de I&D que se caracteriza como monodisciplinar pois tem uma área científica principal (ciências sociais e humanidades) - é estudar o complexo de variáveis que enformam o mandato policial nas sociedades contemporâneas, com especial ênfase na realidade portuguesa e nas sociedades e culturas com as quais Portugal tem relações históricas, quer no espaço europeu, quer em outros espaços geográficos.

A criação do ICPOL funda-se nas exigências do ensino superior universitário e no protocolo assinado entre o ISCPSI e a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior sob a supervisão do Conselho Nacional, em maio de 2004. Após a assinatura do protocolo entre o ISCPSI e a CNAVES, o Diretor do ISCPSI nomeou a Comissão Instaladora do Centro de Investigação, que iniciou os trabalhos de estudo e a visita de outras unidades de I&D.

O ICPOL iniciou a atividade em outubro de 2004 com a fundação e apresentação da POLITEIA – Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, publicada pela Almedina, com a apresentação dos *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva* (15 de outubro de 2004) e com a realização do *I Colóquio de Segurança Interna* (17 e 18 de novembro de 2004).

A Comissão de Instalação apresentou ao Conselho Científico do ISCPSI, em 17 de dezembro de 2004, o primeiro estatuto do ICPOL que estipulava que o Centro se assumia como uma unidade de investigação e desenvolvimento do ISCPSI no âmbito das ciências policiais e segurança interna, cabendo-lhe a missão de desenvolver trabalhos e projetos de investigação científica multidisciplinar no âmbito dos departamentos das ciências policiais, das ciências jurídicas, ciências sociais e políticas, e ciências do desporto e de educação física (n.º 1 do artigo 2.º). O primeiro Estatuto do ICPOL foi publicado na Ordem de Serviço n.º 148, de 22DEZ2004, do ISCPSI que, mais tarde, foi revogado com a aprovação do novo Estatuto do ISCPSI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro. O Conselho Científico aprovou, no dia 4 de fevereiro de 2010, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º, das alíneas c) e h) do n.º 1 do artigo 8.º, da alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º e do artigo 14.º do RJIES, em conjugação com o n.º 3 do artigo 11.º e a al. i) do n.º 1 do artigo 15.º do EISCPSI, o atual Estatuto do ICPOL, através da Deliberação n.º 1120/2010, publicada no Diário da República, II Série, n.º 121, de 24 de julho de 2010, pp. 34471 a 34473.

A estruturação do ISCPSI resulta da integração do mesmo no processo de Bolonha e das recomendações feitas pela Comissão de Avaliação Externa, nomeada pelo CNAES, em especial no que respeita à Investigação e Desenvolvimento e respetiva

autonomia científica e à Biblioteca do ISCP SI. O artigo 11.º do EISCP SI e o EICPOL têm essa preocupação medular de respeitar as recomendações da CAE de 2005.

Ao ICPOL, nos termos do artigo 2.º do seu Estatuto, cabe:

- i. Desenvolver e promover trabalhos e projetos de investigação e de desenvolvimento científico multidisciplinar no âmbito dos departamentos das ciências policiais, ciências jurídicas, ciências sociais e políticas e das ciências do desporto e educação física.
- ii. Promover e participar em candidaturas de projetos de investigação nacionais e internacionais, debate académico-científico (seminários, colóquios, congressos).
- iii. Promover cursos pós-graduados conferentes e não conferentes de grau académico.
- iv. Promover intercâmbio científico e cultural com instituições nacionais e internacionais congêneres e a celebração de convénios.
- v. Fomentar a investigação científica de docentes e discentes.
- vi. Promover a publicação da revista POLITEIA e de outras obras de valor científico no âmbito das ciências policiais e da segurança interna.

A atividade de I&D do ICPOL é, anual e trienalmente, apreciada, avaliada e aprovada pelo Conselho Científico do ISCP SI, que aprova, no início de cada ano civil, o plano de atividades e respetivos objetivos do ICPOL a serem desenvolvidos e materializados, nesse ano e com os recursos humanos e materiais disponíveis.

A necessidade da existência de uma unidade de I&D nas instituições de ensino superior universitário resulta, desde logo, do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), ao estipular que aquelas devem:

- i. Ser instituições «de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento cultural», por força do n.º 1 do art. 6.º.

- ii. Promover um ensino universitário orientando-se «para a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação», por força do n.º 1 do art. 3.º.
- iii. Realizar investigação, apoiar e participar nas instituições científicas, nos termos da al. c) do n.º 1 do art. 8.º.
- iv. Apresentar-se como unidades orgânicas essenciais à natureza universitária das instituições, por força da al. b) do n.º 1 e n.º 2 do art. 13.º.
- v. Assumir a investigação como uma das atribuições do Estado: «Incentivar a investigação científica e a inovação tecnológica», conforme al. e) do n.º 1 do art. 26.º.
- vi. Impor uma correlação entre a docência e investigação em simultâneo, nos termos da al. b) do n.º 1 do art. 47.º e do art. 50.º.

A existência de unidades orgânica de I&D nas instituições de ensino superior universitário é, também, uma exigência do Regime Jurídico de Graus Académicos e Diplomas para que sejam avaliados e acreditados os ciclos de estudos conferentes dos graus académicos de Mestre e Doutor, conforme se retira das alíneas a) e c) do n.º 2 do art. 16.º, das alíneas a) e d) do n.º 2 do art. 29.º do Regime Geral de Avaliação do Desempenho (RGAD), conjugado com os artigos 47.º e 50.º do RJIES.

O ICPOL foi o precursor da abertura e da projeção do ISCPPI a toda a comunidade e, em especial, à comunidade académico-científica universitária. A opção de abertura do ISCPPI, assumida pela então Direção do ISCPPI, como forma da sua sobrevivência, assentou em uma estratégia binária: movimento de fora para dentro ou de *inclusão*; e de dentro para fora ou de *projeção*. Promoveu-se, por um lado, uma planificação, desenvolvimento e execução de seminários, congressos, eventos científicos nacionais e internacionais, colaboração e participação em projetos de investigação financiados pela FCT, de modo a trazer a comunidade ao ISCPPI. Iniciámos a estratégia do «movimento de fora para dentro ou de *inclusão*» com o I Colóquio de Segurança Interna, em 17 e 18 de Novembro de 2004, realizado no ISCPPI. Também demos início ao «movimento de dentro para fora» com a realização de eventos científicos nacionais nas seguintes Universidades: Algarve, Évora, Porto, Minho, Coimbra, Beira Interior e nos Institutos Politécnicos de

Castelo Branco e Viseu. Igualmente com expressão a nível internacional das Universidades de Salamanca, UNDE-Madrid, Brasília [UnB] e PUC-RS.

A Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, no seu artigo 50.º, estabelece que o ISCPSI deve realizar, coordenar ou colaborar em projetos de investigação e desenvolvimento no domínio das Ciências Policiais. A densificação desta norma está prevista no artigo 2.º, alínea d), e no artigo 11.º do Estatuto do ISCPSI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro, quando se reforça a ideia de implementação, coordenação e cooperação com outras instituições, de ensino superior ou não, nacionais ou internacionais, na realização de projetos de I&D policial. Neste sentido, na visão estratégica do ISCPSI, o Instituto apresenta-se como um estabelecimento de ensino policial de referência nacional e internacional que pretende liderar a investigação, o desenvolvimento e a aplicação do conhecimento científico e gerando uma comunidade epistémica na área da Polícia e da Segurança.

2. A EQUIPA DE INVESTIGADORES

A equipa de investigação, de 2013 a 2017, foi constituída por 29 membros distribuídos pelas seguintes categorias: investigadores doutorados integrados e investigadores colaboradores.

2.1. INVESTIGADORES DOUTORADOS INTEGRADOS

- Elisabete Moura Ferreira;
- Hermínio Joaquim Matos;
- João José Rodrigues Afonso;
- Luís Miguel Rosado da Cunha Massuça;
- Luís Fernandes Monteiro;
- Lúcia Pais;
- Manuel Monteiro Guedes Valente;
- Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães;
- Raquel dos Santos Duque;
- Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras;
- Sónia Morgado.

2.2. INVESTIGADORES COLABORADORES

Doutorados:

- Adán Carrizo Gonzalez-Castel;
- Eduardo Pereira Correia;
- Eurico José Gomes Dias;
- Inês Godinho;
- Maria Teresa Payan Martins;
- Nieves Sanz Mulas;
- Pedro José Lopes Clemente;
- Susana Soares Branco Durão.

Mestres:

- Eliomar da Silva Pereira;
- Ezequiel Agostinho Maciel Rodrigues;
- Filipa Marina da Silva Soares;
- Firmo Carpinteiro Ferreira;
- Maria Isaura Almeida;
- Mozart Santos Araújo;
- Nuno Pica Ricardo dos Santos;
- Rui Coelho de Moura;
- Sandro Lúcio Dezan;
- Victor Meirinhos.

Licenciados:

- Pedro Miguel Valente de Pinho.

Em 2017 formalizaram-se ainda quatro extensões contratuais com docentes doutorados do Instituto para o desenvolvimento de atividades de investigação. Com esta mobilização de investigadores, o ICPOL conseguiu garantir uma bolsa com mais de 10 investigadores doutorados com dedicação mínima de 30% do seu tempo, facto que permitirá, a curto prazo, desenvolver todas as formalidades tendentes à avaliação do ICPOL pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), como unidade de Investigação e Desenvolvimento (I & D).

A estratégia binária do ICPOL tem orientado a projeção do ISCP SI-ICPOL a nível internacional: a participação de ‘investigadores’ do ICPOL em eventos de universidades e instituições estrangeiras, públicas e privadas, e a participação de docentes e investigadores estrangeiros nos nossos eventos científicos. São de realçar os países de Espanha, Brasil, Itália, Cabo Verde, França, Bélgica, Áustria e Alemanha.

Do mesmo modo, o ICPOL preocupou-se em manter alguma investigação produzida por professores universitários estrangeiros – Espanha e, atualmente, Brasil –, desenvolvida no nosso I&D e posterior referência ao mesmo na respetiva publicação científica: veja-se ALFONSO SERRANO MAÍLLO, *Estudos Comemorativos dos 25 Anos do ISCPSI*, Coimbra: Almedina, 2009, nota da p. 471.

3. A ATIVIDADE PRODUZIDA NO ICPOL

O ICPOL iniciou a investigação científica das ciências policiais e segurança interna por meio de linhas de investigação próprias e em colaboração com outras unidades de I&D, com natureza nacional e internacional com projeção por meio de eventos científicos.

As linhas de I&D desenvolvidas nos primeiros anos do ICPOL assentavam em uma lógica de criar ciência em áreas como ciência policial (em especial a segurança interna), a ciência jurídica direcionada para a atividade policial, a ciência política, a tática e estratégia policial, a segurança como valor vital à vida em e da comunidade, o urbanismo e as lacunas legislativas, a implementação da polícia em zonas urbanas sensíveis, a polícia e a comunicação social.

Como forma de concretizar os objetivos prioritários para um futuro próximo, o ICPOL organizou-se em linhas de investigação que correspondem às áreas e/ou níveis de formação existentes no seio do próprio ISCPSI. Assim, cada linha de investigação adotou uma direção científica exclusiva, permitindo, desse modo, formular metas e metodologias de investigação específicas e exequíveis, nos quais se integram os projetos de investigação mais diversos. Os grupos de investigação incluem docentes e discentes do ISCPSI e investigadores externos ao ISCPSI.

Quanto à política de investigação científica futura do ISCPSI, será um objetivo prioritário a regulação e coerência entre os projetos formativos e os objetivos da Instituição Policial, não esquecendo a sustentabilidade dos ciclos de estudos vigentes e a observância dos indicadores de produção científica dos docentes e discentes, entre outros investigadores, de modo a aumentar a quantidade, a qualidade e o valor acrescentado da produção científica expressa em publicações relevantes e com impacto visível em matérias de Segurança Interna.

3.1. OBJETIVOS

Podemos apurar a execução dos objetivos, através da tabela infra:

Tabela 1 – Objetivos em 2017

Registrar e manter atualizado o registo de todos os investigadores do ICPOL.	Executado
Identificar potenciais investigadores para integrar o ICPOL com uma disponibilidade para a investigação de 30% do seu tempo.	Executado
Potenciar a dinâmica das áreas de investigação do ICPOL e promover o surgimento e desenvolvimento de projetos.	Executado
Definir e difundir as regras de funcionamento do ICPOL pelos investigadores até ao final do primeiro semestre de 2017.	Executado
Identificar e registar todas as linhas e projetos de investigação em execução no ICPOL até ao final do primeiro semestre de 2017.	Executado
Planear o processo de avaliação do ICPOL junto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) até ao final de 2017.	Executado
Estabelecer três parcerias com outras estruturas de investigação para o desenvolvimento de projetos na área das ciências policiais e da segurança durante o ano de 2017.	Executado
Nº de investigadores integrados afetos ao ICPOL, com 30% do seu tempo dedicado à atividade de investigação.	Executado
Nº de propostas de projetos de investigação.	Executado
Nº de parcerias externas estabelecidas com outros Centros de Investigação, fomentando a participação em projetos conjuntos e o intercâmbio de investigadores.	Executado
Nº de propostas de financiamento de projetos de investigação.	Executado
Submeter 15 artigos para publicação em revistas científicas durante o ano de 2017.	Executado
Quinze submissões de artigos em revistas científicas	Executado

3.2. PUBLICAÇÕES

O ICPOL criou espaços de publicação nacional da produção científica originária das suas linhas de investigação, dos projetos em que está inserido e da produção individual de docentes do ISCP SI.

A publicação da produção científica qualificada e relevante, desenvolvida pelas linhas de investigação e pelos projetos de investigação ou pelos investigadores do ICPOL e docentes do ISCPSI, mesmo a que é desenvolvida no âmbito de estudos para obtenção de graus académicos ou como base para lecionação das unidades curriculares, tem sido alcançada com um reduzido investimento do erário público ou com reduzido investimento do orçamento do ISCPSI/PSP. O apoio tem sido de privados [professores, alunos e pessoas dedicadas à ciência], de fundações, de organismos e serviços do setor público.

Como o ICPOL tem por missão produzir e publicar ciência, desde o seu início conta com mais de cinco dezenas de publicações.

Inicialmente promoveu-se a publicação de produções temáticas em parceria com a Almedina, destacando-se:

- *I e II Colóquio de Segurança Interna* [2 Livros]; *Reuniões e Manifestações* [1 Livro]; *Urbanismo, Segurança e Lei* [2 Livros];
- Publicaram-se, como é da praxis universitária, *Estudos de Homenagem e Comemorativos* [5 Livros];
- A Coleção Científica destacou-se pela publicação de trabalhos de mestrado de Docentes do Instituto e produções resultantes de linhas de investigação [6 Livros];

Posteriormente, esta coleção deu origem em 2014 às publicações do ISCPSI-ICPOL. Esta coleção tem obtido um resultado muito positivo no que concerne à projeção da imagem institucional e com uma boa arrecadação de receitas [13 Livros].

No ano de 2004, o ICPOL, à semelhança de outros centros de investigação fundou, a revista *POLITEIA* – Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. A revista encontra-se indexada na Plataforma LATINDEX e está em fase de integrar a plataforma SIELO.

A *POLITEIA* – revista do ISCPSI tem, desde 2012, uma comissão de avaliação científica, comissão esta composta por professores e investigadores doutorados de outras instituições universitárias nacionais e estrangeiras.

Até ao momento, foram publicados 16 volumes da referida revista.

3.3. PROJETOS E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

O IC POL desenvolve, desde o início, linhas de I&D associadas aos eventos científicos e, com o tempo, passou a integrar projetos de I&D, assumindo outros projetos de I&D que se encontram ativos.

O IC POL integrou e integra “(...) projetos de I&D assumidos junto dos órgãos financiadores pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, pela Faculdade de Economia da Universidade de Economia, pela Universidade da Beira Interior, pelo Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, pelo SOCIUS do Instituto Superior de Economia e Gestão, pela Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil), pela Escola Superior Polícia na Academia Nacional de Polícia – Polícia Federal (Brasil).”

Dos vários projetos que o IC POL integrou, destacam-se:

- Projeto FCT – Coordenação Europeia Multinacional no Combate ao Terrorismo: os casos de Portugal e Espanha – FCT [PTDC/CPO/64365/2006].
- Projeto FCT – PTDC/IVC-ANT/5314/2012 – COPP-LAB: Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil.
- Comité Internacional: Proyecto DER2011-26954: *Sistema Procesal Penal y métodos alternativos de resolución de conflictos: Análisis crítica y propuestas ante la reforma del proceso penal en el Espacio judicial europeo.*
- Projeto FCT – FCT.PIHM/VG/O131/2008: Mulheres nas Esquadras: Crimes de Violência e Relações de Género.
- Projeto QREN/POAT – “Metodologias de Trabalho na área da Divulgação, Promoção e Proteção dos Direitos dos Menores” [2010/2011].
- Projeto Álcool, Sinistralidade e Lazer Noturno em Lisboa.

- Projeto Daphne II – Youth Deviance and youth violence: a European multi-agency perspective on best practices in prevention and control (YouPrev).

O ICPOL assumiu outros projetos de I&D referentes à investigação levada a cabo em dissertações do CMICP e de fomentação da cooperação internacional, que se encontram em execução ou em fase de implementação:

Tabela 2 - Projetos de I&D referentes à investigação

Projetos	Responsáveis
MAJOR EVENTS LAB – Laboratório de Grandes Eventos – com três linhas de Investigação	Doutora Lúcia Pais Doutor Sérgio Felgueiras
Projeto Adaptação ao Ensino Superior Policial – ADESPOL.	Doutor António Moreira Diniz Mestre Maria Isaura Almeida
Projeto DAP – Direito e Atividade Policial	Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente
<i>Corpus Delicti</i> – OB-COR: Observatório de Criminalidade Organizada [ESP/ANP-PF, Universidade de São Paulo, Organização dos Estados Americanos, Georgetown University, Universidad de San Martín].	Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente
TA-FiT: Tactical Athlete - The Police FiT [a implementar com a Educação Física]	Doutor Luís Monteiro Doutor Luís Massaça
Projeto MOD-SSI – Modelos de Segurança Interna [ainda em fase de implementação]	Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente
Urbanismo, Segurança e Lei [ainda em fase de implementação]	Doutora Elisabete Mourão

Apresentaram-se ainda as seguintes candidaturas a financiamento do programa *Horizon 2020* (Comissão Europeia):

- Projeto HARRIER – *Holistic Approach to Crowd Protection against Crime and Terrorism*, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic SEC-07-FCT- 2016-2017: Human Factor for the Prevention, Investigation, and Mitigation of criminal and terrorist acts, Sub-Topic 1: New methods for the protection of crowds during mass gatherings.*
- Projeto PADOVA – *Intimated Partner Domestic Violence: Assessment, Prevention and Intervention*, no quadro da *Research and Innovation Action*

H2020, *Topic SEC-07-FCT- 2016-2017: Human Factor for the Prevention, Investigation, and Mitigation of criminal and terrorist acts, Sub-Topic 5: New methods to prevent, investigate and mitigate high impact domestic violence.*

- Projeto RespondNet – *First Responder Network on Natural and Interconnected Risks*, no quadro da *Coordination and Support Action H2020, Topic SEC-21-GM-2016-2017: First Responder Network on Natural and Interconnected Risks.*
- *VALID – Video Analytics in Legal Investigation of crime and terrorismo*, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic: SEC-09-FCT-2017: Toolkits integrating tools and techniques for forensic laboratories.*

3.4. COOPERAÇÃO

Ao longo dos anos o ICPOL, através da promoção de uma intensa cooperação institucional com instituições universitárias e entidades públicas e privadas de referências internacional, tem tido um papel importante na afirmação da internacionalização do Instituto.

As ações que têm vindo a ser desenvolvidas incidem:

- Na promoção de *circulação de professores* [Alemanha, Itália, Espanha e Brasil] para lecionação e na promoção de *circulação de alunos* para a frequência de cursos pós-graduados conferentes e não conferentes de grau académico.
- Na promoção de *assinatura de convénios e protocolos* entre o Instituto e essas instituições universitárias e entidades públicas e privadas.
- Na promoção *circulação de professores e investigadores estrangeiros* para participarem como conferencistas em eventos científicos internacionais realizados no Instituto e em outras instituições universitárias em Portugal, em Espanha e no Brasil.
- Na promoção de *instâncias de investigadores estrangeiros* no ICPOL de modo a que sejam publicados artigos com referência a essas estadias e orientações de um professor/investigador do Instituto.
- Na promoção de publicações do ICPSI-ICPOL com a participação de

autores estrangeiros e a posterior permuta de publicações.

4. COMISSÃO EXTERNA PERMANENTE DE ACONSELHAMENTO CIENTÍFICO

O IC POL dispõe de uma Comissão Externa Permanente de Aconselhamento Científico que tem como principal função a apreciação da atividade anual da Unidade e do plano de atividades para o ano seguinte, e a elaboração de um parecer com a sua análise e recomendações.

- Presidente:

Doutor Manuel da Costa Andrade – Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

- Vogais:

Doutora Ana Paula Brandão – Professora Auxiliar da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho;

Doutor José Garcia San Pedro – Professor Titular da Universidade Nacional de Ensino à Distância de Madrid – Espanha;

Doutora Cristina Zackseski – Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – Brasil;

Secretária:

Licenciada Anabela Mendes

5. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

A necessidade de encontrar equilíbrios de apoio e flexibilidade entre ensino & investigação impôs à Direção do ISCP SI que integrasse, em 2005, a Biblioteca no IC POL. A escassez de recursos qualificados e a necessidade de implementar uma unidade de I&D com capacidade de crescimento e de afirmação no seio universitário, impunham a integração do acervo académico-científico dentro desta nova unidade orgânica.

O Centro de Documentação e Informação, enquanto unidade de apoio técnico ao ensino, ao centro de investigação e à comunidade académica e científica nacional e estrangeira e à comunidade em geral, além das atividades de suporte ao ensino pós-graduado, à investigação, à publicação de obras científicas e ao estreitamento de relações institucionais com unidades orgânicas de ensino pós-graduado e de investigação nacionais e estrangeiras (em especial do Brasil), desenvolveu um conjunto de outras atividades de suporte e apoio ao ensino e à investigação do Instituto, designadamente:

- Relativamente à Revista Científica POLITEIA, elaborou uma proposta de Política Editorial da revista e o fluxograma do processo editorial, com o intuito de o Conselho Editorial proceder à candidatura da revista à SIELO (*Scientific Electronic Library Online*).
- Continuou a preencher o repositório institucional do Instituto de dissertações do Ciclo de Estudos de MICP e de monografias de Licenciatura em Ciências Policiais.
- Introduziu todas as dissertações do Ciclo de Estudos de Mestrado Integrado e não integrado em Ciências Policiais no Repositório Científico de Acesso Aberto ao Público (RCAAP).
- Com o apoio dos Serviços Sociais da PSP, procedeu à aquisição de monografias e publicações periódicas.
- Recebeu doações de monografias de privados.
- Procedeu ao expurgo dos seus arquivos - todos os documentos excedentes e sem interesse para a coleção da Biblioteca foram oferecidos aos alunos, professores e quadro orgânico.
- Apoiou os eventos científicos realizados ao longo do ano letivo, no Instituto.
- Representou o Instituto e a PSP na 86^a Feira do Livro de Lisboa - o evento foi um sucesso promocional da atividade e produção científica do Instituto/PSP.
- A convite de Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo Sousa, o Instituto, representado pelo CDI, esteve presente na Festa do Livro realizada nos Jardins do Palácio de

Belém.

O horário de funcionamento da biblioteca foi ajustado, de modo a prestar um melhor serviço à comunidade académica e científica, indo ao encontro das suas necessidades.

Na sequência de contactos estabelecidos com editoras foram colocados à consignação na livraria, livros editados por professores do Instituto. Deste modo, tenta-se prestar um serviço de proximidade para com a comunidade científica interna e externa.

Continuou a registar-se um considerável número de visitas internas e externas, bem como de requisições e assistiu-se a um aumento de pesquisas seletivas (Tabela 3).

Tabela 3 - Atividade registada na Biblioteca em 2017

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Visitas internas e externas	3637
Requisições	1920
Pesquisas seletivas	453
Aquisições /ofertas	140

Fonte: Centro de Documentação e Informação.

6. SÍNTESE

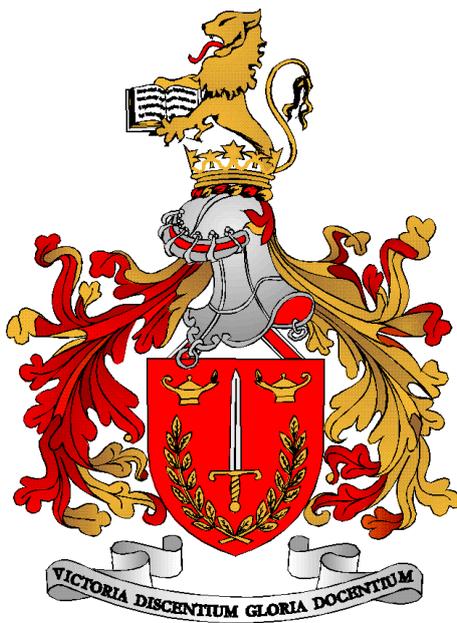
Considerando o período temporal em análise e a afetação dos recursos humanos e materiais, estamos em condições de afirmar, de maneira sucinta, que a atividade realizada pelo ICPOL tem contribuído para uma melhoria da qualidade da investigação científica nas ciências policiais. É de inteira justiça, uma palavra de apreço para os investigadores que muito têm contribuído para um constante esforço e dedicação na busca pelo saber científico e, deste modo, partilhá-lo à comunidade.

Desta forma, contribui-se não só para a produção de conhecimento em áreas específicas do saber, como, por inerência, para o aumento do prestígio deste estabelecimento de ensino superior policial – que é único em Portugal -, mormente da PSP, junto de outras entidades similares e de especialistas e investigadores científicos.

Na verdade, face às atribuições prosseguidas pelo ICPOL e decorrente da sua atividade de ensino e de investigação científica, existe indubitavelmente o contributo para a maximização da qualidade do próprio instituto à comunidade.

Referências:

- ✓ Decreto-lei n.º 275/2009, de 2 de outubro – Estatuto do ISCPSI;
- ✓ Deliberação n.º 1120/2010, de 4 de maio, DR n.º 121, 2.ª Série, de 24 de junho – Estatuto do ICPOL;
- ✓ Decreto-lei n.º 125/99, de 20 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10-AI/99, de 31 de maio e alterado pelo DL n.º 91/2005, de 3 de junho;
- ✓ Regulamento de Avaliação e Financiamento Plurianual de Unidades de I&D.



ANEXO 1 - A ATIVIDADE PRODUZIDA

Ano de 2017

No ano de 2017, o ICPOL realizou e/ou coordenou o seguinte:

LABORATÓRIO DE GRANDES EVENTOS (*Major Events Lab - MEL*)

Tendo em consideração os objetivos constantes do documento de criação do Laboratório de Grandes Eventos (Informação/Proposta nº GD/01/2011, Proc. ROI, datada de 19/01/2011), apresenta-se, a seguir, um relato dos trabalhos desenvolvidos durante o sétimo ano da sua existência.

A - Atividades de âmbito nacional

1. Desenvolvimento de projetos de investigação no âmbito do tópico geral do policiamento de grandes eventos. Mantêm-se abertas três Linhas de Investigação:

Linha de Investigação 1 – Grandes eventos de cariz político: A perceção da comunicação social acerca da atividade policial;

Linha de Investigação 2 – Movimentos sociais: O policiamento do protesto político;

Linha de Investigação 3 – Tomada de decisão e atividade policial.

Em função da situação social e política que se tem verificado no País, e que se tem traduzido na pouca atividade de protesto, as Linha de Investigação 1 e 2 não tiveram atividade nova.

No ano letivo 2016/2017, sob **orientação conjunta** da Prof. Doutora Lúcia G. Pais e do Intendente, Prof. Doutor Sérgio Felgueiras, foram realizadas quatro

dissertações de mestrado em ciências policiais, todas no âmbito da Linha de Investigação 3. As apresentações públicas decorreram nos meses de maio e junho de 2017, no ISCPSI. Especificando:

Título: *Um estudo sobre a decisão policial no contexto dos grandes eventos desportivos*

Aspirante: António Sérgio Dias Pinheiro

Data de apresentação: 19 de junho de 2017

Júri: Superintendente Luís Fiães Fernandes (ISCPSI, Presidente), Intendente, Prof. Doutor António Leitão da Silva (ISCPSI, Arguente), Prof. Doutora Lúcia G. Pais (ISCPSI, Orientadora).

Classificação: 18 valores.

Título: *A decisão na ordem de paragem: Estudo sobre a tomada de decisão em agentes da PSP*

Aspirante: Ricardo Duarte Veríssimo

Data de apresentação: 19 de junho de 2017

Júri: Superintendente-Chefe, Prof. Doutor Pedro Clemente (ISCPSI, Presidente), Intendente, Prof. Doutor António Leitão da Silva (ISCPSI, Arguente), Prof. Doutora Lúcia G. Pais (ISCPSI, Orientadora).

Classificação: 17 valores.

Título: *A tomada de decisão dos comandantes de polícia em grandes eventos políticos*

Aspirante: Pedro Domingos Alves dos Reis

Data de apresentação: 12 de junho de 2017

Júri: Superintendente Hélder Valente Dias (ISCPSI, Presidente), Superintendente, Prof. Doutor Luís Elias (ISCPSI, Arguente), Prof. Doutora Lúcia G. Pais (ISCPSI, Orientadora).

Classificação: 17 valores.

Título: *A decisão policial nas operações de fiscalização de trânsito: O caso das polícias de menor experiência*

Aspirante: Filipe José Ferreira Martinho

Data de apresentação: 31 de maio de 2017

Júri: Superintendente-Chefe José Ferreira de Oliveira (ISCP SI, Presidente), Superintendente Hélder Valente Dias (ISCP SI, Arguente), Prof. Doutora Lúcia G. Pais (ISCP SI, Orientadora).

Classificação: 17 valores.

Na decorrência destes trabalhos de investigação, e seguindo o projetado, continuou a constituição de um repositório de dados por forma a alimentar outros projetos de pesquisa.

Presentemente, e em resultado da apresentação, pela Direção de Ensino, de linhas temáticas para desenvolver investigação com vista à realização das dissertações de mestrado, está em curso a orientação de três dissertações, todas no âmbito da Linha de Investigação 3.

2. Utilização da Sala de Simulação

No âmbito da Linha de Investigação 3 (tomada de decisão na aticidade policial), os projetos de investigação dedicados ao estudo da tomada de decisão em operações de fiscalização de trânsito foram desenvolvidos na Sala de Simulação, com apresentação de vídeos e recolha de dados junto de 33 elementos policiais da Divisão de Trânsito. Para tal manteve-se a imprescindível colaboração do Senhor Comissário Pedro Pereira.

No presente ano letivo (2017/2018) continua o desenvolvimento desta Linha de Investigação, com recurso à Sala de Simulação para aplicação do mesmo procedimento metodológico. Estão a ser recolhidos dados para a realização de dois projetos de investigação, que culminarão na apresentação de duas dissertações de mestrado em ciências policiais. Para uma delas prevê-se (pelo menos) uma deslocação à Divisão de Trânsito do Porto a fim de replicar trabalhos anteriores, agora com participantes do Norte do País.

Ainda durante o 1.º semestre do presente ano letivo, a Sala de Simulação foi utilizada para a lecionação da Unidade Curricular de Estratégia e Tática das Forças de Segurança III aos estudantes do 4.º ano.

B – Atividades de âmbito internacional

1. A participação em projetos internacionais é, igualmente, concretizada pelos dois investigadores responsáveis pelo Laboratório. A saber:

* Programa *Erasmus + Sports Collaborative Partnerships*. Financiado pela União Europeia. Coordenado pelo *European Forum for Urban Security* (de janeiro de 2015 a junho de 2017).

* Participação, a convite da German Police University, nas reuniões via *Skype* para preparação do projeto *IMPRODOVA – Intimate Partner Domestic Violence: Assessment, Prevention and Intervention*, para candidatura a financiamento da Comissão Europeia, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic SEC-07-FCT-2016-2017: Human Factor for the Prevention, Investigation, and Mitigation of criminal and terrorist acts, Sub-Topic 5: New methods to prevent, investigate and mitigate high impact domestic violence*. Líder do *Work package 4 – Practitioner Toolkit: Human Factor based Innovations*. Participação em todos os restantes *Work packages*. Com a participação do Intendente, Prof. Doutor Sérgio Felgueiras e da Prof. Doutora Lúcia G. Pais.

2. A investigadora responsável pela coordenação científica do Laboratório, o Senhor Superintendente, Prof. Doutor Luís Elias e a Prof. Doutora Sónia Morgado participaram na *CEPOL Annual European Police Research and Science Conference*, realizada em Budapeste, Hungria, entre 28 e 30 de novembro de 2017. A participação foi inteiramente financiada pelo CEPOL.

C – Divulgação de resultados

1. Publicações

Felgueiras, S. & Pais, L. (2017). Police commanders' education: A continuous process. *European Police Science and Research Bulletin, Special Conference Edition n.º 3: Global trends in law enforcement training and education*, 179-185.

Elias, L., Felgueiras, S. & Pais, L. (2017, Summer). Planning and policing of public demonstrations: A case study. *European Police Science and Research Bulletin*, 16, 155-168.

2. Comunicações orais

Pais, L. (2017, November). *Predictive policing: Is it really an innovation?* CEPOL Annual European Police Research and Science Conference, Budapest, Hungary.

3. Posters

Elias, L., & Pais, L. G. (2017, November). *Innovation in planning and management of major events*. CEPOL Annual European Police Research and Science Conference, Budapest, Hungary.

Felgueiras, S., Pais, L. & Morgado, S. (2017, November). *Interoperability: Diagnosing a novel assess model*. CEPOL Annual European Police Research and Science Conference, Budapest, Hungary.

Publicações Científicas

As publicações científicas promovidas pelo ICPOL-Centro de Investigação do ISCPSI e desenvolvidas pelos seus Investigadores ao longo do ano civil de 2017:

PUBLICAÇÃO DE LIVROS TEMÁTICOS DAS CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

- Santos, N., (2017). *Da atuação dos seguranças privados na*

prevenção criminal. Lisboa: ISCP SI.

- Soares, F. (2017). *A radicalização salafista-jihadista na Europa*. Lisboa: ISCP SI.
- Torres, J. (2017). *A dívida pública e soberania nacional*. Lisboa: ISCP SI.
- Valente, M. (2017). *Teoria Geral do Direito Policial*. 5.^a Edição. Coimbra: Almedina. ISBN: 9789724070179

ARTIGOS CIENTÍFICOS INDIVIDUAIS & COLETIVOS DOS INVESTIGADORES [revistas com peer- reviewed / capítulos de livro]

- Dias, E., (2017). *Memorias de Litteratura Portugueza [1792-1814]: os Homens e as Letras na Academia Real das Ciências de Lisboa*, prefácio do Professor Doutor Luís Aires-Barros, Imprensa da Universidade de Coimbra;
- Dias, E., (2017). *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*, prefácio do Professor Doutor Jorge Pedro Sousa, Lisboa, Caleidoscópio;
- Duarte, F (2017). *A estratégia do DAESH para a Europa*. Anuário Janus 2017 (policy paper).
- Elias, L., Felgueiras, S. & Pais, L., *Planning and policing of public demonstrations. A case study*. In Police Science and Research Bulletin. Budapest: CEPOL, 2017.
- Felgueiras, S., & Pais, L. G. (2017). *Police commanders' education: A continuous process*. *European Police Science and Research Bulletin*, Special Conference Edition 3: Global trends in law enforcement training and education, 179-185.
- Fontes, J. (2017). *Curso Sobre o Novo Código do Procedimento Administrativo*. Coimbra, Almedina.
- Fontes, J. (2017). *Educação e Cidadania — Em Memória do Padre Joaquim António de Aguiar, CMF*.

- Fontes, J. (2017). *Estado de Direito, Terrorismo e Segurança — Uma análise político-jurídica*. Capítulo do livro *Educação e Cidadania — Em Memória do Padre Joaquim António de Aguiar, CMF*. Coimbra. Almedina.
- Pereira, R., Pedro, J. & Caracho, A. (2017, Janeiro). *Pontes logísticas do tipo Mabey do Exército Português: Comportamento estrutural*. *Proelium: Revista Científica da Academia Militar*, 12 (7), 33-55. Fragoso, I., Ferreira, J., & Massuça, L. (In Press). Young soccer players' (U15) maturity status and achieved level according to birth quarters. *Gazzetta Medica Italiana* (IF: 0.14)
- Branco, B., Andreato, L., Miarka, B, Moraes, S., Esteves, J. & Massuça, L. (2017). *Time-motion analysis and patterns of salivar cortisol during different judo championship phases*. *Sport Sci Health*. DOI 10.1007//s11332-017-0376-3.
- Duque, R. (2016). *O Terrorismo na Aviação Civil: a evolução de uma ameaça global e as respostas da União Europeia para proteger um sector estratégico, Teoria Política e Geoestratégia*, Coord. João Carlos Espada e André Azevedo Alves, Alêtheia Editores, pp.143-165.
- Oliveira-Junior, A., Casimiro-Lopes, G., Donangelo, C., Koury, J., Farinatti, P., Massuça, L. & Fragoso, I. (2017). *Biological maturation methods in adolescent soccer players considering zinc status*. *International Journal of Morphology*, 35(4), 1601-1607. (IF: 0.34)